

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BRAZILIO TABORDA, MACIEL DA COSTA e PARGA RODRIGUES

N.º 33

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1916

Anno III

EDITORIAL

Acima de tudo devemos
ser brasileiros.

A FALSA apreciação que em geral os brasileiros fazem das coisas patrias é uma das causas da estagnação em que está mergulhada a consciencia nacional.

O *patriotismo* palavroso, entre ingenuo e velhaco, dos que pretendem orientar a opinião publica segundo correntes philosophicas, humanitarias, *pacifistas*... leva a embaçal-a com a poeira doirada de sonhos irrealisaveis e a enganar-a com a mentira ridicula da superioridade intellectual e moral do brasileiro sobre os outros povos.

A cada passo a *Europa curva-se ante o Brazil* e as *aguas* brasileiras deixam o mundo inteiro deslumbrado com as scintillações divinas do immensuravel talento.

Mas todo esse talento privilegiado dos brasileiros não produz coisa nenhuma. A qualquer estudo que nos dediquemos, somos sempre forçados a recorrer ao trabalho do apoucado europeu. O sol esplendente da intelligencia indigena só brilha quando reflete a luz da vela de sêbo da intelligencia estrangeira.

Os europeus são barbaros, semi-féras, homens que não trepidam em matar milhares de creaturas humanas por causa de uma coisa estúpida que elles chamam patria.

Nós somos superiores a essa mesquinha contingencia, porque nossa terra é tão vasta que não nos farão falta os pedaços de que possamos ser despojados. Paiz é uma terra qualquer, nação é um agglomerado de gente e patria é uma noção rebarbativa. Exercitos da paz é do que precisamos, exercitos da civilisação e do futuro. Devemos gosar isto que chamam patria, mas nem de leve pensar em defendel-a, porque os paizes e as nações não se perentencem e sim ao mundo, e o mundo é uma poeira do infinito...

E as almas ingenuas diluem-se no canto mavioso do charlatanismo philosophico.

A alma humana é complexa e caprichosa; ao lado do espirito ella agasalha sempre um poltrão.

Quando o espirito trabalha e impera, o poltrão soffre eclipse ou esmorece e se humilha sob o guante da vontade, mas quando o espirito divaga e se desorienta, quem impera é o poltrão.

Eis ahi o segredo da facilidade com que essas doutrinas nirvanicas fazem proselitos. São tão lindas as paisagens lá pelos páramos azues, tão povoadas de sonhos doirados e phantasias côr de rosa, que o espirito se extasia e se embriaga. E de espirito bebedo, embora de beber nebulosas, ninguem póde dominar o poltrão. Velhaco e fanfarrão, elle dá arras de uma dedicação sem limites á causa da paz; não se contenta com a paz no mundo, pois a quer tambem no universo. Na realidade a coisa é muito outra. A paz universal é a

mascara com que elle disfarça a covardia. Lá no intimo elle philosopha assim:

— E' tão bom gosar a vida sem trabalho, sem incommodos e sem sacrificios! Ora, eu posso gosar tudo isto que as gerações passadas accumularam, porque então hei de eu agora estar com a maçada de querer conservar ou melhorar isto para os outros? E' muito trabalhosa, muito incommoda e principalmente muito perigosa esta invenção de patria. Eu tenho uma boa desculpa: direi que o entranhado amor que tenho á paz universal me impede de acceitar uma noção que me obrigaria a ser bellicoso de uma hora para outra. A patria que leve o diabo quando quizer, com tanto que não me amole e que me deixe gosar tranquillamente as delicias da vida.

A prova de que esta psychologia é verdadeira, é dada pelos factos quotidianos.

Ha bem pouco tempo, num impeto bellicoso, os evangelisadores da *paz universal* aconselhavam o nosso governo a praticar um assalto á propriedade alheia, como coisa muito honesta e lisamente pacifica.

Era o poltrão que lhes estava ordenando esse procedimento lucrativo, sem riscos de incommodos nem perigo de vida, porque para elle a nação proprietaria está irremediavelmente condemnada a desaparecer do mappa.

A psychologia é esta; não ha por onde fugir.

Nós precisamos fazer com que o espirito do povo desperte. Essas phantasias narcotizam e viciam. E' preciso chamalo á realidade, mostrando os perigos que corre em se deixar dominar pelo poltrão. Este é que inventa que o brasileiro é o povo mais intelligente do mundo; é quem aconselha a inacção, a covardia; é quem está enganando, manietando e vendendo a nossa Patria.

E' preciso que o povo saiba que está sendo ludibriado, que reconheça a inferioridade em que está e trabalhe para se collocar ao nivel dos povos mais adiantados do planeta.

E' preciso que antes de amar o socorro ame o trabalho e antes de amar a paz do mundo ame a sua Patria; que não se deixe arrastar pelas emoções de estranhos, com descaso pelas emoções patricias, como aconteceu ha bem pouco tempo quando, cheio de amor e de piedade, correu em soccorro dos feridos e das criancinhas belgas e francezas, victimas da guerra europeia, na mesma occasião em que gemiam feridos e padeciam miseria criancinhas brasileiras, victimas do Contestado, sem que estes soffrimentos despertassem sentimentos misericordiosos.

Não fôra o appello desta revista, feito á classe militar, e os nossos pobres patricios nenhum soccorro teriam merecido da sociedade brasileira, naquella hora tão enternecida pelas desgraças alheias!

E' preciso despertar, medir bem o nosso atrazo e trabalhar com amor, com muito amor pelo que é nosso e amanhã será de nossos filhos.

Que cada um individualmente cultive o altruismo, mas collectivamente cultive-mos o egoismo. Devemos ser egoistas, devemos affirmar pelo trabalho e demonstrar por factos que esta terra que nos vio nascer é nossa, muito nossa, e que a nossa vida é inteiramente della, porque ella é o filtro onde se opera a osmose da vida que veio de nossos paes e vae para nossos filhos.

Acima de tudo devemos ser brasileiros.

O Requerimento Mario Hermes

A proposito do importante requerimento do Snr. Mario Hermes, que a Camara approvou na sua sessão de 26 de maio passado, levantou-se grande celeuma nos jornaes e nos circulos politicos.

Muitos entenderam que esse requerimento, *terrivelmente difficil de responder*, abrangia um certo numero de questões sobre as quaes as autoridades militares tinham o dever de guardar o mais sagrado silencio; outros que a resposta aos seus

impertinentes quesitos importava num vezame para o governo, forçado assim a confessar que nada se tem feito pela organização do exercito, a despeito das leis militares, frequentemente sancionadas, produzirem no estrangeiro, como ainda recentemente aconteceu na Republica Argentina, a impressão de que somos um paiz imperialista, que se mantem num estado permanente de ultra preparação para a guerra.

Antes de tudo digamos que o Snr. Mario Hermes não commetteu nenhuma indiscreção, porque as informações que solicitou se destinam a uma commissão parlamentar que pela propria natureza de seus trabalhos só pôde agir em sessões secretas.

Em segundo logar o governo respondendo pela negativa, como terá de fazer quanto a muitas das perguntas desse inquerito, terá em seguida, pelo modo porque essas perguntas estão formuladas, a resalva de justificar as faltas confessadas e indicar os meios de sanal-as.

Não se trata pois, como á primeira vista podia parecer, de um desses banaes requerimentos de informação, de caracter negativo, feitos com intuitos politicos, para arrastar o chefe de estado e seus ministros pela rua da amargura.

O Snr. Mario Hermes naturalmente não quiz estabelecer uma esteril discussão sobre a base das criticas demolidoras e anónimas, e achou por outro lado deficientes as informações officiaes que o Congresso possui sobre o estado das nossas instituições militares.

Não nos parece que S. Ex. deixe de ter razão.

A impressão que se tem lendo e re- lendo os relatorios é que o Exercito só precisa de soldados, achando-se no mais inteiramente preparado para que durmamos descançados sobre a sua efficiencia.

Justamente sobre o problema do pessoal é que o Poder Executivo não tem de fazer appellos ao Congresso, pois este ha sete annos votou a lei do alistamento e porteio, e nas leis de forças tem-se mostrado muito adeantado, fornecendo todos os elementos para que o governo se emancipe do voluntariado, creando disposições laxativas contra o **engajamento** que é o principal motivo de não termos **reservistas** e de não podermos, dentro do effectivo orçamentario, abrir um grande claro, que dê ensejo á **incorporação compulsoria**.

Nem a falta de reservistas é devida á

ausencia de leis constitucionaes que regem a materia, nem esta é a unica questão importante, como oficialmente se declara por toda a parte, porque não se quer ter a franqueza de fallar á nação, dizendo-lhe que o orçamento da guerra representa estrictamente o funcçionalismo militar activo e inactivo, mas que a administração não possui recursos para satisfazer as necessidades materiaes reclamadas pela propria existencia do exercito.

Sem quartéis, sem linhas de tiro, sem campos de instrucção, sem canhões, sem cavallos, sem fardamento, sem equipamento, sem viaturas de toda a especie, muito pouco adiantariamos completando os claros dos corpos, ou chamando reservistas para não lhes dar instrucção.

De um modo geral, a atenção dos poderes publicos vive concentrada nos serviços que funcçionam na capital da Republica e, particularmente, em relação ao exercito, só as unidades e as repartições militares que funcçionam no Rio de Janeiro são objecto das providencias do governo.

Pela lei militar vigente a 3.^a Divisão representa apenas 1/5 da nossa força de terra; pois bem, é esse quinto o que ainda tem a apparencia de uma força organizada, porque se pôde apresentar limpa nas paradas. Os 4/5 restantes vivem nos Estados em locaes inhabitaveis, desprovidos de tudo, e atrasados em tudo, desde o soldo até os uniformes, devido á deficiencia das verbas orçamentarias, que mal dão para polir a guarnição da Capital, aggravada pelo mal de uma administração horivelmente centralisadora.

Se esta é a situação em tempo de paz, pôde-se sem difficuldade avaliar em que apuros nos achariamos, se em torno das poucas unidades que existem soffrivelmente constituídas, tivéssemos de formar um exercito para entrar em guerra, caso as relações internacionaes, com a sua natural instabilidade, se modificassem arrastando-nos ás vicissitudes de um conflicto armado. A situação não seria tão grave se em vez de possuirmos exercito incompleto, com a tresloucada pretensão de effectivos a allemão, possuissemos, ao menos nos Estados, depositos devidamente organizados para acolher, uniformisar e armar milicianos ou reservistas. Mas nem uma cousa, nem outra...

Os exercitos actuaes não se caracterisam mais pela enormidade dos effectivos

do que pelo complicado aparelhamento technico com que se fazem acompanhar até a linha de batalha.

Os paizes sem industria, como os estados sul americanos, se acham por esse motivo na dependencia absoluta do estrangeiro para fazerem valer pelas armas o seu direito de existencia, e os que não tiverem num trabalho methodico e continuo accumulado pacientemente os recursos necessarios para mobilisar os seus exercitos e as suas esquadras e provel-os dos meios de acção, terão, em face da aggressão violenta e audaz que caracteriza o rompimento das guerras modernas, de se submeter a uma paz vergonhosa, sem o consolo de poderem disparar um tiro.

Não bastaria ainda dotar o exercito de todos os recursos necessarios á instrucção dos seus elementos permanentes, que têm de servir de nucleo para a incorporação das reservas, não bastaria mesmo possuir o armamento e o material bellico para armar e pôr em marcha as centenas de mil homens que de um momento para outro poderemos ser forçados a mobilisar, para que a transcendente questão da nossa defeza não nos inspirasse mais os temores que nos assaltam quando olhamos para os esforços já realizados pelos outros paizes do continente, ou quando pensamos nos perigos a que estaremos expostos, no dia em que os nossos credores, abusando da nossa reconhecida fraqueza, vierem liquidar connosco, sob a ameaça dos canhões, os ajustes financeiros.

A defeza dos nossos portos, o desenvolvimento dos meios de comunicação interior constituem outros capitulos importantes da defeza nacional, e que têm sido sacrificados para satisfazer os sordidos interesses dos aventureiros, que sob o pretexto de nos guiarem na solução das questões que elles reputam vitaes, têm explorado em seu proveito os recursos do Estado.

A portentosa defeza dos *Dardanellos* salvou a Turquia de um golpe rapido e mortal, e a admiravel viação ferrea da Allemanha deu até hoje aos imperios centraes a supremacia militar na lucta desigual com as quatro potencias da *Entente*.

Mas tudo quanto carecemos, não para atacar ninguem, mas para conservar as tradições de uma politica simplesmente defensiva, nem pôde ser improvisado, nem pôde ser adquirido ás tontas, sem um pla-

no compativel com as nossas possibilidades financeiras.

Esse plano é que falta por completo e sem receio de incidir numa leviana injustiça podemos affirmar que em vinte e sete annos de regimen republicano jamais o governo tratou em conjuncto das nossas necessidades militares.

Os que mais dedicaram a sua attenção ao Exercito limitaram-se a reorganisar os quadros, modificando ao sabor das idéas do momento, o grupamento technico das unidades, sem prevêr os meios de executar reformas apparatusas, que technicamente pôdem ser perfeitas mas que praticamente nada representam.

Fóra das rubricas orçamentarias que como já dissemos — e nunca será de mais repetir — apenas dão para custear as despesas ordinarias do functionalismo militar, o Ministerio da Guerra na Republica, só tem obtido, com muita difficuldade, e quasi em segredo, como se tratasse de uma transacção illicita, verbas especiaes para aquisição de determinadas partidas de armamentos.

Mesmo essas compras feitas sempre com caracter de urgencia, em determinadas crises da politica internacional, padeceram do defeito de todas as resoluções precipitadas, motivo porque adquirimos no espaço de 10 annos tres typos diferentes de artilharia de campanha, e nos vemos hoje obrigados a desclassificar fortalezas que armadas ás pressas, com o material que encontrámos á venda, não resistiram por muito tempo aos progressos da technica militar.

Eis aqui ainda as consequencias da falta de programmas militares organizados com intelligente descortinio pelos órgãos competentes, e executados com continuidade e ao mesmo tempo com criterio, para acompanhar as constantes modificações da tactica e do armamento, evitando a reproducção periodica da mesma despesa, sem aproveitamento do material anteriormente adquirido.

A vantagem que reconhecemos no requerimento do Snr. Mario Hermes é que elle vae agir como um excitador, provocando justamente o governo a formular esse programma militar que nunca existio, e cuja ausencia dá ao paiz a impressão de que não sabemos o que queremos, e que neste caso, todo o dinheiro reclamado para fins militares tem uma applicação duvidosa

Respondendo ao inquerito do esforçado deputado pela Bahia, nos termos em que está formulado, o governo não poderá apenas dizer *sim* ou *não*, mas terá de justificar porque motivo continuam insolúveis os mais elementares problemas da nossa organização militar e de que recursos financeiros necessita para ir adquirindo o que nos falta, e que infelizmente é tudo.

A certeza de que as aperturas do momento são de tal ordem que não se podem agravar os compromissos do paiz, não é motivo para que as autoridades militares deixem de salvar a sua responsabilidade expondo com rude franqueza o que é preciso fazer, se não já, pelos menos daqui por diante.

E' preciso uma vez para sempre objectivar essas vagas e pedantes discusões em torno de um problema que se presta ás maiores demonstrações sentimentaes e que por isso mesmo corre o perigo de não passar jámais do dominio dos discursos.

O Snr. Mario Hermes exigindo informações detalhadas sobre as questões concretas que mais devem interessar os órgãos da administração e do alto commando, teve a gloria de collocar o magno assumpto nesse terreno pratico.

A iniciativa do illustre camarada só nos pôde merecer applausos e não o deixaremos só na campanha que emprehendeu, embora estejamos convencidos de que os nossos chefes serão os primeiros a secundar a sua acção patriótica, tão feliz é a oportunidade que se lhes apresenta para explicar essa indecifrável charada: de que o exercito, apesar das suas continuas reorganizações, ainda está por se **organizar**.

Juramento de bandeira na Escola Militar

Realisou-se, afinal, a solemnidade do juramento da bandeira pelos novos alumnos da Escola Militar.

O entusiasmo, a correção e compostura militar dos novos alumnos e a convicção com que esses esperançosos moços repetiam as palavras do juramento fizeram vibrar todos os nobres corações dos assistentes. Nós chegámos a ter pesar de não havermos sido, assim, baptisados quando tudo abandonámos pela nobre carreira das armas.

A companhia de guerra que prestou as continências, quer nas brilhantes marchas em linha, quer na marcha em continência, como nas evoluções, foi de uma precisão e correção impecáveis. Após cada execução de commando, a principio por toques e finalmente á voz, um fremito de entusiastica aprovação percorria os assistentes.

A companhia formava um todo homogêneo, do seu commandante ao ultimo alumno, marcial, solenne, brilhante e immensamente animador e confortante.

Sua Ex. o Sr. Presidente da Republica e as altas autoridades militares darão, de certo, por muito bem empregado o dia passado no Realengo e, mais uma vez se convenceram, tambem, de que o Exercito, nessa occasião tão bem representado pela Escola Militar, precisa unicamente de quem lhe saiba comprehender as necessidades e as possa supprir.

O esquadrão de lanceiros mostrou-se á altura da sua missão; mas os cavalleiros que o compuzeram são muito dignos de melhores montadas e não se comprehende que esses guapos rapazes não disponham de uma cavallhada que corresponda aos seus esforços.

O hymno nacional, sempre patrioticamente emotivo, inegualavel, sem rival, cantado pela tropa acompanhado pela banda de musica da Escola, a todos commoveu e á sua ullima nota despertámos de nm sublime extase. Qual convicto devoto, acabáramos de assistir a um officio religioso. Esquecemo-nos, por momentos, de que ali se achavam jovens ainda inexperientes e só víamos heroes.

Convencidos de que os elogios, já por demais barateados entre nós, têm sido mais perniciosos do que uteis, evitámo-los sempre. Não podemos, porém, deixar de abrir uma excepção, não com o fim de elogiar, que isso não nos compete, mas para apresentar á nossa Escola Militar nossos sinceros e entusiasticos applausos.

Indisciplina de base dupla

SUA CURA

1 — Não ter pelo preparo proprio e pelo de seus subordinados a dedicação que o sentimento do dever militar, da dignidade e honestidade profissional exigem;

3 — Ser negligente no desempenho do serviço ou incumbencia que se lhe confiar;

54 — Deixar de punir o transgressor da disciplina ou não levar a sua falta ao conhecimento da autoridade competente para punil-o.

(Do art. 421 do R. I. S. G.)

Estas tres contas do rosario das transgressões disciplinares especificadas no R. I. S. G. formam, geometricamente, um circulo vicioso de indisciplina.

A transgressão 54 é notoriamente de grande frequencia, maior que a de qualquer outra, maior mesmo que a somma de todas as outras.

Em uns é uma falsa noção de bondade — confundem-na com uma tolerancia além das raias claramente assignaladas por esse item 54 do artigo 421.

Em outros é fraqueza inexplicavel ou deleterio effeito do "rabo de palha". Em ambos ella traz implicitas as transgressões 1 e 3.

Porque a disciplina faz parte essencial do *preparo* militar dos subordinados, e zelar por ella é uma *incumbencia* permanente, attribuida a todo militar, a cada um na proporção de seu gráo hierarchico, dentro da mesma esphera de acção.

Portanto, não punir ou deixar de promover a punição de faltas, além de ser uma transgressão explicitamente prevista, é tambem negligenciar a disciplina — cujo cultivo é incumbencia constante de todo militar — e é descurar o preparo militar dos subordinados — preparo que é a obrigação essencial de todo o militar, é a razão mesma da existencia do exercito permanente.

* *

Inversamente, as transgressões 1 e 3 têm a escandalosa frequencia que se sabe porque os transgressores contam com a transgressão mais alta por parte de seus superiores: a do n. 54.

Ahi está a indisciplina de base dupla. Em outras palavras: o generalizado descaso pelo preparo profissional proprio e dos subordinados (transgressão n. 1), a negligencia no desempenho dos serviços ou das incumbencias (transgressão n. 3), assentam duplamente na indisciplina desses infractores — que não obedecem ao sentimento do dever militar, da dignidade e honestidade profissional — e na indisciplina superior que não os chama ao dever.

* *

Dispensa qualquer demonstração que estas tres transgressões, pontos determinantes do circulo vicioso em que gira a nossa indisciplina de base dupla, são um dos mais graves males do nosso achacado exercito.

Descurar o preparo do exercito, em todos os sentidos, cada um no ambito de sua funcção, é desconhecer a propria razão da existencia do exercito permanente, é illudir a nação, é desprezar a dignidade, faltar á honestidade profissional.

E' ainda deshonnar a palavra, trahindo o juramento feito por occasião do alistamento no exercito e o compromisso renovado ao ser o official promovido ao primeiro posto:

"Incorporando-me ao exercito tomo o compromisso de ... dedicar-me inteiramente ao serviço da Patria..."

"Prometto cumprir fielmente os deveres do meu posto..."

E' tambem tornar-se pernicioso á disciplina pelo máo exemplo:

"Nada contribue mais para o estabelecimento e a manutenção da sã disciplina do que o exemplo quotidiano e sem desfalecimento dado pelos superiores no cumprimento fiel, pontual e consciencioso do dever, no preparo profissional..." (R. I. S. G., pag. 7)

E é mais tornar-se em pleno quadro activo do exercito um pensionista privilegiado — pensão igual aos vencimentos integraes da actividade — engrossando assim a seita do fradismo militar, cuja religião tem por expoente o grande principio "do fim do mez". (1) Outro aspecto do privilegio é que esta seita se subtrah ao § 7º do art. 72 da Constituição e ao § 2º do art. 75 da lei de 4-1-1908, que estatuem respectivamente:

"Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official..."

"São isentos do *serviço* militar activo os que allegarem motivo de crença (?) para não cumprirem com a obrigação militar..."

Finalmente, não se dedicar ao preparo proprio e ao dos subordinados, ser negligente no desempenho do serviço ou das incumbencias, tudo *apenas* por leviandade (?), só porque se conta com a impunidade, é enganar a propria consciencia, é mutilar a propria integridade moral.

Por ahi, actualmente só por ahi — é que se póde romper o circulo vicioso da indisciplina militar prestante e entrar na linha recta da verdadeira disciplina, que só é real e proveitosa quando consciente e voluntaria. (R. I. S. G., pag. 7, linhas 4 a 9).

* *

E' incontestavel que ha um sensivel progresso nesse terreno. Mas é condição de perfectibilidade que não nos dêmos por satisfeitos com o resultado já alcançado.

Não avançar é parar e por isso é atrazar-se.

Não importa o fradismo!

Não se espere convertel-o, surdo que é á razão, cego ao exemplo, insensivel ás tacitas percussões constantes dos que traballam.

Cresça e se multiplique o corpo de sacerdotes da nova religião, o trabalho!

(1) O fim do mez chega "para todos!".

(2) Logicamente accrescente-se: «ou descrença»

Atravessamos um periodo de crise. A contumacia official em postergar o principio da reserva determina a geração da duvida, mesmo nos animos esperançados.

Contumacia por má fé ou covardia; ignorancia, não.

Apezar disso, melhor, ainda por mais isso, trabalhemos!

O que tem de ser tem muita força!

1º Tenente *Bertholdo Klinger.*

Para a execução do Sorteio

Parece-nos que finalmente teremos o sorteio funcionando para o preenchimento dos claros do Exercito no proximo anno.

O regulamento de 8 de Maio de 1908, relativo ao sorteio, precisa ser modificado em differentes pontos para que este serviço possa ser feito sem atropelos, como convem.

O principal é a época do alistamento, que precisa ser executado a tempo de ser enviado ás Juntas de Revisão e Sorteio, nas capitães dos Estados, com a antecedencia necessaria para serem estudadas convenientemente e organisadas criteriosamente as relações para o sorteio, de que trata o art. 113.

O alistamento é remettido ás referidas Juntas até o dia 20 de Novembro (art. 101) e havendo municipios de onde o correio é espaçado, em geral distantes da capital respectiva, só em Dezembro a Junta de Revisão póde ter conhecimento de se não ter procedido ao alistamento nesses municipios, se não se deu, cabendo então a providencia do art. 118.

Os alistados pela commissão nomeada pelo commandante da Região, ficam por isso izentos do sorteio que começa no segundo domingo e termina no terceiro do mez de Dezembro.

No anno immediato a classe mais moça alistada não mais entra para a urna e basta que seja conhecida esta falha para que o alistamento não seja feito em muitos municipios pelas juntas locais, não lhes faltando justificativas para esse procedimento.

Este facto é sufficiente para determinar a mudança da época do alistamento para Junho, se não para Janeiro.

O prazo de dois mezes para o alistamento deve tambem ser dilatado, por motivo identico e para as Juntas poderem

expedir as listas e pedir, insistir e ameaçar afim de obter a sua devolução e replicar ás razões apresentadas para a sua devolução em branco.

No modelo A dessas listas, devem ser abertas casas especiaes distinctas para "Nomes, filiações e signaes característicos, para não haver omissão de nenhum delles. O dizer "Signaes característicos" deve ser substituido pela sua especificação.

Em Juiz de Fôra, cidade culta e a horas desta capital, tive de devolver listas em que se declarava não terem os alistados signaes característicos, confundidos com os chamados signaes de nascença.

O "Estado" que lá figura é communmente tomado como o Estado do nascimento, dando-se a Naturalidade como brasileira.

Em geral dão como signaes a côr, estatura (regular, mediana, baixa, alta), cabellos, (côr, ruins, etc.) e a côr dos olhos.

Pelo menos para os reservistas de 1ª cathogoria e os de 2ª provenientes da tropa, sociedades de tiro e estabelecimentos de instrucção, os signaes característicos devem ser melhor especificados que no modelo B, exigindo-se a conformação dos dedos e das unhas por exemplo.

Como se poderá distinguir um José dos Santos, preto, estatura regular, cabellos carapinhos, olhos pretos, filho de Maria da Conceição, quando chamada uma classe de reservistas?

— Não deve ser permittida a incorporação do sorteado fóra do seu Estado, ficando o segundo grupo composto sómente dos Voluntarios de 2 annos.

A actual remodelação foi autorisada sobre a base do serviço regional, contra a qual vae essa incorporação.

— As Juntas de Alistamento devem se corresponder entre si, participando as viagens e chegadas dos reservistas e ter onde registrar os nomes dos que chegam, uma vez que os dos alistados figuram nas actas sómente.

Na organização dessas juntas reside todo o successo do sorteio, pois são ellas que arrolam os individuos para elle.

Pelo art. 96, combinado com a pratica, essas Juntas ficam constituídas por officiaes da G. N. indicados pelos seus commandantes superiores, o que equivale dizer pela politica situacionista local ou sua opposição.

O chefe do Executivo Municipal, po-

litico tambem, se deseja agir com imparcialidade, prejudica seus interesses politicos; caso contrario, mais geral, o alistamento fica prejudicado.

As Juntas devem ser compostas de elementos locais e os mais directamente interessados na seriedade do alistamento.

Quanto mais perfeito for esse alistamento, maior será o numero de individuos dependendo da sorte para prestar o serviço militar, e quanto maior fôr esse numero, tanto maior será o dos que procurarão se isentar da incorporação, recorrendo á instrucção ministrada nas sociedades de tiro, mais accessiveis que os estabelecimentos de instrucção e que terão então como socios não só os que estiverem em condições de serem alistados no anno como os que, ainda fóra da idade do alistamento, saberão não lhe poder escapar.

E', pois, a sociedade de tiro local a mais interessada na seriedade do alistamento e a ella deve caber a designação de um membro da Junta de Alistamento, pelo menos.

Para que não fundem essas sociedades visando só essa regalia, deve ser exigida para seu gozo que a sociedade tenha linha de tiro propria e um anno pelo menos de existencia.

Implicitamente já o regulamento reconhece o interesse das sociedades de tiro pela perfeição do alistamento, quando no seu art. 154 destina as multas por infracções de suas disposições á creação e melhoramento das linhas de tiro nacionaes.

Melhor ainda será se as multas se destinarem ás sociedades locais, porque nesse caso não só serão applicadas maior numero de vezes, como pagas mais facilmente.

A's sociedades serão creadas outras obrigações além das actuaes.

Muito ha ainda a modificar no regulamento em questão, o que certamente está sendo estudado pelo G. 8, cuja creação, com propriedade da phrase veio preencher uma lacuna e que na phase de organização do mecanismo militar da nação, em que entraremos com o sorteio, será a repartição mais competente do D. G.

1º Tenente João Marcellino.

✱ ✱ Art. 7.º dos Estatutos — Aos redactores effectivos cabe a responsabilidade da edição, aos collaboradores a das opiniões que emittirem em seus artigos.

A guerra actual perante o Direito Internacional

I — O que estavamos autorizados a concluir sobre a guerra do futuro, no tocante á observancia das regras do Direito Internacional.

II — Parallelo desvantajoso para as nações da vanguarda da civilização, entre a guerra russo-japoneza e a actual.

III — Desrespeito á neutralidade belga.

IV — O torpedeamento do "Lusitania".

V — A deshumanidade do caso do "Baralong" com um submarino allemão.

VI — O bloqueio da Alemanha.

VII — O emprego das balas explosivas e dos gases asphyxiantes.

VIII — Mais um punhado de graves infracções do Direito Internacional, por ambos os grupos belligerantes.

IX — Unidade de doutrina.

X — As necessidades militares sobrepujam o Direito Internacional.

XI — Aproveitemos a eloquente lição dos factos.

I — O que estavamos autorizados a concluir sobre a guerra do futuro, no tocante á observancia das regras do Direito Internacional.

Espiritos alevantados, corações generosos, em labor diuturno e constante vêm procurando tornar juridica a guerra, isto é, reger o phenomeno social guerra por leis juridicas, de modo identico ao que se pratica com os phenomenos sociaes commercio, industria, ou qualquer outra manifestação da actividade humana. Legitima e nobre aspiração da consciencia juridica de nossa época! As conferencias de Haya demonstraram exuberantemente o espirito e o sentir da humanidade pacifica e trabalhadora. Na ultima reunião, os mestres do Direito não duvidavam da sorte do Direito Internacional, tinham toda a fé e toda a esperança na afirmação esplendente de seu dominio e força. E, com a nata dos pensadores e jurisconsultos, vivia a humanidade civilizada, embalada em doce e risonha esperança quanto á estricta observancia do Direito Internacional. Apenas alguns pontos desse ramo do Direito apresentavam sombras, e, essas mesmas, projectadas pela orgulhosa Albion que não queria ceder a supremacia maritima.

Demais, as guerras anteriores á actual tinham-se empenhado sem que o Direito Internacional muito soffresse. A ultima mesmo, a russo-japoneza, passará á posteridade como exemplo e modelo no particular a que nos referimos. De modo que, tudo nos levava a concluir, pela logica das coisas, que a guerra actual defluisse serena e magestosa dentro das orbitas traçadas pelo Direito Internacional, sempre respeitadora de suas regras sábias e judiciosas, fosse, enfim, a crystallisação da consciencia juridica do mundo civilizado. Mas, não quiz assim essa perigosa especie de loucura collectiva que atacou o continente Europeu e tende a propagar-se aos outros. Produziu-se o eclipse total do Direito Internacional, quer Publico, quer Privado, retrogradando a humanidade na esphera internacional ao regimen do direito da força.

II — Parallelo desvantajoso para as nações da vanguarda da civilização, entre a guerra russo-japoneza e a actual.

Faço minhas as palavras do eminente Paul Fauchille quando diz que a guerra é uma excellente escola para os jurisconsultos do Direito In-

ternacional. O Japão teve, junto aos estados maiores dos seus exercitos, juristas e diplomatas que, com a denominação de *conselheiros legaes*, eram consultados todas as vezes que surgia uma questão de direito e encarregados da redacção de regulamentos e instrucções que as hostilidades tornavam necessarias. Assim procedeu em 94/95, na guerra sino-japoneza; assim procedeu em 1904/905, na guerra russo-japoneza. Nesta ultima viam-se especialistas em cada exercito: Srs. Ninakawa e Kafoukou serviram no exercito do general Kuroki; Srs. Sataké e Tanaka no de Oku; Srs. Shinoda e Hiridono no do general Noghi; Minakawa e Takahashi no do general Nodzu; Sr. Nezawa no da Coréa. E como, superior a esses estados maiores, havia o grande estado maior do general Oyama, havia tambem, ao lado dos conselheiros legaes pertencentes aos diversos corpos de tropa, um conselheiro legal-chefe que foi o eminente professor de Direito Internacional nas escolas superiores de guerra e de marinha de Tokio Sr. Nagao Ariga. Tal era o cuidado na observancia das regras do Direito Internacional que no sitio e tomada de Porto-Arthur o eminente mestre japonês teve a especial incumbencia de tratar do armistício a concluir com o exercito russo e da assignatura de paz com a Russia. O soberano japonês tinha como ponto de honra, chegando a constituir sua constante preocupação, o facto do exercito e da marinha manterem-se obedientes, em todas as operações, aos principios do Direito Internacional. Com esse objectivo creou nas escolas superiores de guerra e de marinha, a cadeira de Direito Internacional.

Tal foi o procedimento de um povo perdido lá no Extremo-Oriente, que se levantava perante o mundo civilisado e logo se impunha á sua consideração e respeito pela nobre correcção. E, actualmente, o que vemos? A tragedia que ensanguenta a Europa teve como inicio a violação da neutralidade e independencia da Belgica e como continuação a serie ininterrupta de violações do Direito Internacional, que estão no domínio publico, praticadas por ambos os grupos belligerantes.

III — Desrespeito á neutralidade Belga

A Allemanha não respeitou a neutralidade perpetua da Belgica, que se achava consagrada e imposta pelo protocollo de 20 de Janeiro de 1831, onde se lançavam as bases da separação da Belgica e da Hollanda, o que era uma manifestação do principio das nacionalidades, e pela conferencia de Londres. Façamos ligeiro esboço historico da questão.

O art. V diz: "A Belgica constituirá um Estado perpetuamente neutro. As cinco potencias (Inglaterra, Austria, França, Russia e Prussia) garantir-lhe-ão esta neutralidade perpetua, bem como a inviolabilidade de seu territorio." Teve confirmação este protocollo pelo tratado chamado dos 18 artigos, de 24 de Junho de 1831.

A neutralidade perpetua da Belgica foi consignada no art. 9º do tratado denominado dos 24 artigos, assignado pelas cinco grandes potencias, em 15 de Outubro de 1831, ao qual adheriu a Belgica a 15 de Novembro de 1831 por intermedio de novo tratado que reproduzia os 24 artigos, acrescentando-lhe um 25º, estabelecendo a garantia das potencias.

Só em 1839 o rei da Hollanda reconheceu a independencia da Belgica. Foram assignados em

Londres a 19 de Abril tres tratados, um entre a Hollanda e as cinco potencias, outro entre estas e a Belgica, e terceiro entre a Belgica e a Hollanda, que adheria aos 24 artigos. No tocante ao 25º a Hollanda poz a resalva de obrigar-se a respeitar a neutralidade belga, porém não a fazel-a respeitar. Todas as guerras que se têm empenhado na Europa hão respeitado a neutralidade belga. De onde mais avulta o crime da invasão teutonica.

IV — O torpedeamento do "Luzitania"

Outro facto importante desta guerra e que tanta celeuma levantou em torno, foi o torpedeamento do "Luzitania", luxuoso vapor inglez.

Tinha partido este vapor dos Estados-Unidos com destino á Inglaterra. Vinha cheio de passageiros, na maioria americanos. A embaixada allemã nos Estados-Unidos avisára aos passageiros que a viagem era arriscada, dado o cruzeiro dos submarinos allemães.

Tivera denuncia o governo allemão de grande e importante contrabando de guerra que transportava o imponente vapor — 4500 caixas de munição de guerra. Ordenou o governo teutonico a um submarino torpedear-o em viagem, o que foi tornado effectivo, perecendo 1400 passageiros. Os Estados-Unidos protestaram contra o acto que veio ferir filhos seus em maioria.

Em resposta, a Allemanha resalvou o direito de proceder conforme entendesse. E' um dos pontos de Direito Maritimo que precisa de regulamentação — a guerra dos submarinos.

Esta guerra tem-se caracterisado pelo mais completo desprezo dos direitos dos neutros, principalmente quando tratam os belligerantes com povos fracos.

V — A deshumanidade do caso do "Baralong" com um submarino allemão

Narremos o caso. Em Agosto de 1915 navegava de Nova-Orleans para o porto inglez de Avonmouth o vapor "Nicosian" com um carregamento de mulas enviadas para o exercito inglez. Era incontestavelmente um contrabando de guerra e assistia aos submarinos allemães pleno direito de torpedear o transporte. Mas o commandante do submarino que avistou o navio, antes de mettel-o a pique, ordenou que a tripulação passasse para os escaleres. A paga que os inglezes deram a este acto de humanidade foi abominavel, porque apparecia dentro em breve um vapor arvorando a bandeira estrellada dos Estados-Unidos e tendo, em ambos os bordos, grandes escudos onde tambem se ostentava pintada a bandeira americana.

O disfarce era tão perfeito que não podia passar pela mente de um commandante de submarino que aquelle vapor fosse o "Baralong", cruzador auxiliar da marinha de guerra ingleza. Protegido pela bandeira americana conseguiu approximar-se do submarino, e inesperadamente rompeu fogo de fuzilaria e canhões contra este.

Só depois de romper fogo é que o "Baralong" arriou a insignia americana arvorando a ingleza. No entanto, é regra do Direito Internacional, que admite o estratagema de guerra, que a navegação sob outro pavilhão é permittida, nunca porém o combate. A guerra sendo uma relação de Estado para Estado, no momento do combate devem defrontar-se arvorados os pavilhões inimigos. Quando, depois de attingido por varios

projectis de artilharia, ia a pique o submarino, officiaes e marinheiros allemães lançaram-se ao mar e tentaram encontrar abrigo a bordo do "Nicosian", que apezar de torpedeado ainda fluctuava, e nos escaletres onde se tinham acolhido os tripulantes daquelle vapor, de bordo do "Baralong", por ordem do commandante, começou a caçada aos infelizes. Entretanto, outro vapor aproximou-se e fez fogo sobre os naufragos. Mesmo assim, alguns naufragos allemães conseguiram chegar ao "Nicosian", fugindo para a casa das machinas deste navio. O commandante do "Baralong" fez encostar seu cruzador ao "Nicosian", mandou uma escolta revistal-o para prender e fuzilar os fugitivos. Eram em numero de quatro as infelizes victimas da furia ingleza.

Depois de fuzilados, o commandante do "Baralong" recommendou o maior sigillo á tripulação e, especialmente, aos americanos que vinham tomando conta das mulas. Foi pela palavra destes que a humanidade civilisada veio a conhecer o facto. Num grito de consciencias dignas e nobres, as seis testemunhas americanas attestaram mais tarde o que viram, sob a fé do juramento.

VI — O bloqueio da Allemanha

Nada teriamos a dizer quanto ao bloqueio rigoroso e perturbador que a Gran-Bretanha decretou, em sua alta sabedoria, para a Allemanha, si não fossem as excepções odiosas para os paizes fortes e as violencias para com os fracos. Executado com rigor e justiça, como medida efficiente de guerra, dictada pela necessidade militar, não haveria um só protesto, mas, do modo por que o pratica, levanta esse echo de reclamações que se reproduz em todo o mundo civilisado. Chega-se mesmo a fallar na *liga dos neutros* para fazerem valer seus direitos esmagados sobretudo pela Inglaterra. Effectivo e real deve ser o bloqueio e não apenas nominal para seguir a regra conhecida de Direito Internacional. Mas isto não quer dizer que assista á velha Albion o direito de tornal-o effectivo nas costas de paizes neutros.

Nas costas e ilhas do Chile os belligerantes têm até chegado ao combate naval. O que ainda mais torna odioso o bloqueio inglez são as excepções e incoherencias com que elle é executado, tornando-o verdadeiro cahos juridico.

Parece que tem objectivo commercial e não guerreiro. Assim, ao passo que o algodão americano, que vai ser transformado em explosivo nas usinas allemãs, consegue chegar até lá, o inoffensivo café brasileiro é considerado perigosissimo contrabando de guerra pelo almirantado inglez.

A nossa borracha não póde entrar na Allemanha; mas a borracha das possessões britannicas da Africa sorateira vai de Brindisi ao territorio germanico.

A America do Norte exporta para a Inglaterra armas e munições. A hermeneutica subtil do almirantado inglez não considera isso contrabando de guerra.

VII — O emprego das balas explosivas e dos gazes asphixiantes

Na moderna concepção do Direito Internacional Publico, o estado de guerra é entre os Estados, portanto, as operações devem se dirigir contra os exercitos dos mesmos com o fim de reduzir á impotencia, o mais rapido possivel, um dos adversarios. Os Estados devem renunciar ao

emprego de meios que, não correspondendo a esse fim, tornam a guerra mais cruel, sem tornal-a mais breve e decisiva.

A declaração de S. Petersburgo de 11 de Dezembro de 1868, adoptada por todos os paizes da Europa, affirma que os progressos da civilisação devem ter como effeito attenuar tanto quanto possivel as calamidades da guerra; e o unico fim legitimo a que os Estados devem se propor, durante a guerra, é o enfraquecimento das forças miliares do inimigo; que esse fim seria excedido com o emprego de armas que aggravassem os soffrimentos dos homens postos fóra de combate, ou tornassem sua morte inevitavel; que o emprego de taes armas era contrario ás leis da humanidade."

Em Julho-Agosto de 1874 os delegados dos paizes da Europa reunidos em Bruxellas escreveram no art. 12 do projecto que: "as leis da guerra não reconheciam aos belligerantes o poder illimitado quanto aos meios de prejudicar o inimigo."

Esta mesma regra foi reproduzida no art. 12 do Acta relativo ás leis e costumes da guerra em terra, e assignado em 29 de Julho de 1899, em Haya, pelos representantes das potencias. No art. 16 das instrucções de 1863 para os Estados Unidos, está: *As necessidades militares não autorisam a commetter actos de crueldade.*

O "Manual do Instituto de Direito Internacional" consigna como regra, no art. 4º, que *os belligerantes devem abster-se notadamente de todo rigor inutil, bem como de toda acção desleal, injusta ou tyranica.*

Ha completo accordo, pois, quer dos representantes dos Estados europeus, quer dos Estados Unidos da America do Norte, quer dos publicistas mais autorisados. Todos proclamam o principio de que as leis da guerra não conferem aos belligerantes o poder illimitado na escolha dos meios de prejudicar o inimigo, bem como a prescripção de qualquer acto contrario ás leis da humanidade, sem ser util ou necessario ao fim legitimo da guerra. Diz muito bem o eminente George Bry: "Dois principios dominam o direito da guerra: 1º, *um principio de necessidade*, que justifica o emprego da violencia; 2º, *um principio de humanidade*, que limita a guerra aos Estados, protege as populações inoffensivas e restringe os meios de ataque."

Alma generosa e boa, o Papa Innocencio III, procurou em vão prohibir, nas guerras entre christãos, o emprego de armas que lançassem projectis. Nota, com muita razão, Bluntschli que a arte da guerra, nos tempos modernos, repousa precisamente nas armas que arremessam projectis. Procurou-se então afastar os projectis que causam males superfluos, ferimentos cruéis ou incuraveis, contentando-se em por o inimigo fóra de combate. Nesse intuito a declaração de São Petersburgo, de 11 de Dezembro de 1868, a que adheriram todos os estados europeus, proscreeu o emprego, pelas tropas de mar ou de terra, de *todos os projectis de peso inferior a 400 grammas, que fossem explosivos ou carregados de materias fulminantes ou inflammaveis.*

O emprego da bala dum-dum foi prohibido pela Conferencia de Haya de 1899. Só a Inglaterra e os Estados Unidos deram votos contrarios.

Nesta mesma Conferencia ainda votou-se uma declaração "prohibindo o emprego de projectis, cujo unico fim fosse espalhar gazes asphixiantes

ou deletérios." Só os Estados Unidos e a Inglaterra não assignaram esta declaração.

Na guerra actual, quer allemães, quer inglezes foram accusados de usar balas explosivas e gazes asphixiantes.

VIII — Mais um punhado de graves infracções do Direito Internacional, por ambos os grupos de belligerentes

Coisa interessante, a Inglaterra e a Alemanha depois de darem golpes mortaes no Direito Internacional, a ponto de parecer que elle não existe mais, na questão do aprisionamento do vapor inglez "Appam", invocam, sisudas e sollemnes, textos de convenções e tratados!

A Inglaterra tarde lembrou-se que em tempos idos existiu vagamente a Conferencia de Haya, que regulando os deveres dos neutros na guerra maritima, determina que os navios aprisionados e recolhidos a um porto neutro devem ser entregues pelo Estado neutro ao belligerente a que pertence. A Alemanha demoradamente recordou-se que havia um tratado Prusso-Americano que determinava, nesse caso, fosse mantido como presa.

De como soffreu convulsão o Direito Internacional bastam os factos que mostro em seguida, não fallando na Alemanha, porque as noticias nos vêm após cuidadosa censura.

Na Inglaterra e na França foram estabelecidas as seguintes innovações revolucionarias no dominio do Direito Privado, chegando até o Direito de successão:

1º — A isenção de qualquer obrigação juridica para o militar em campanha.

2º — A moratoria para os filhos do paiz, em certos casos.

3º — A interdicção do commercio com o inimigo e mesmo com o particular neutro, residindo em paiz inimigo.

4º — A suspensão de certos direitos civis ao filho do paiz inimigo que se não houver retirado para sua patria.

O caso característico desta infracções foi o de se ter opposto o Procurador da Republica, em Versailles, a que alguns subditos allemães residentes em França, entrassem na posse de herança que lhes fôra legada.

IX — Unidade de doutrina

O julgador imparcial sente difficuldade de apreciar os factos, porque os defensores de cada belligerente procuram com ardor e habilidade mostrar as violencias de seu adversario, negando as de que é accusado seu cliente gratuito. Entretanto, em substancia, a violencia é apanagio de ambos os grupos belligerentes. Violencia essa que attinge até aos neutros em suas relações commerciaes entre si, não fallando na justa e legitima continuidade de relações que deviam manter com a Alemanha.

De modo admiravel advogou a doutrina da violencia na guerra, perante a primeira Conferencia de Haya, o illustre almirante Lord Fisher, quando se oppoz a medidas tendentes a tornar mais humana a guerra entre povos civilisados.

Affirmou então o representante da Gran-Bretanha que a violencia constituia a propria essencia

de um conflicto armado e que moderação na guerra era synonymo de imbecilidade.

Deante deste axioma, do illustre organisador da moderna frota de guerra da poderosa Albion e que encerra a verdadeira e fiel philosophia da lucta armada, pergunto, é possivel agir sem violencia quem assim pensa?

E o desrespeito á soberania dos paizes neutros, como nas costas do Chile, onde até combates navaes entre unidades de guerra de ambos os belligerentes têm-se empenhado?

Que pensar da asserção do Ministro das Relações Exteriores da Alemanha de que "a necessidade não conhece leis"?

E a violencia da guerra dos submarinos allemães, indo attingir até os cidadãos de paizes neutros?

Eis porque affirmo a perfeita unidade de doutrina dos belligerentes, violencias de ambos os lados.

X — As necessidades militares sobrepujam o Direito Internacional

Nesta guerra sobrepujam as necessidades militares, quer do lado dos alliados, quer do lado dos imperios centraes, a todos os principios de Direito Internacional. Até mesmo tratados sollemnes são calcados aos pés, sem a menor cerimonia. Assim procedeu a Alemanha quando lhe conveio invadir a França pela Belgica; assim procederam os alliados na Grecia, desembarcando forças em territorio deste paiz, não escutando os justos protestos do governo hellenico.

XI — Aproveitemos a eloquente lição dos factos

A lição que promana dos factos que se desenrolam na Europa é significativa e eloquente no sentido de ensinar aos povos fracos e desorganizados da America Latina, que no concerto internacional só têm direitos respeitados e respeitaveis os povos fortes, aquelles cujos exercitos e armadas poderosos e temidos levam na bocca dos seus tonitroantes canhões o argumento irrefragavel e convincente da força.

Aproveitemos a lição que nos vem de graça, e desejemos ardentemente a paz, não humilhados e pedintes, esmolando-a, mas impondo-a pela nossa respeitabilidade, pela nossa despreoccupação do futuro quanto á integridade do nosso territorio, pela nossa grandeza e prosperidade devida ao trabalho fecundo e, sobretudo, pelo nosso formidavel poder armado.

E' a segunda vez que chega até nós a mesma lição. Da primeira, foi quando em Haya o Brazil ficou classificado entre a Turquia e a China. Numa conferencia de paz o criterio para a classificação das nações foi o do poder armado! Não se procurou conhecer o grão de civilisação e grandeza dos povos.

Curemos seriamente da Defeza Nacional, trabalhemos com fé pela grandeza do Brazil, certos e seguros do seu desenvolvimento e progresso ao abrigo dos assaltos de paizes fortes e arrogantes.

Concentremos nossos melhores esforços na palpitante questão do sorteio militar que é o primeiro e mais seguro passo para a nossa eficiencia militar.

P. Ferraz.

ALLEMANHA MILITAR

(CONCLUSÃO)

De todos os commandantes de corpos de exercito, o do 3º corpo, principe Frederico Carlos, (1) é o que menos precisa ser estimulado. Tão apaixonado quanto o rei pela profissão das armas, elle soube comunicar ás tropas do 3º corpo essa sua paixão, de modo a merecer d'ellas toda a confiança.

Todos estes detalhes permittem, eu espero, avaliar o genero de actividade que reina aqui. (2)

Em uma palavra, o espectáculo que offerece a Prussia ao observador é este: de um lado uma nação cheia de seiva e de energia, instruida como nenhuma outra da Europa, privada, na verdade, de todas as qualidades amáveis ou generosas, mas dotada das qualidades as mais solidas, ambiciosa em excesso, sem escrúpulos, audaciosa e instruida desde muito tempo sob o regimen militar; de outro lado, um homem que durante 20 annos como principe, durante dez annos como regente ou como rei, dispensou todos os seus cuidados ao exercito, com uma solicitude, uma paixão, um bom humor tal, que fez d'elle um instrumento formidavel. Esse exercito venceu em Koeniggratz (Sadowa).

O espectáculo é por tal modo surpreendente que não se pôde accusar senão de uma culpavel irreflexão os estrangeiros que d'elle não se impressionaram bem antes de 1866. E se eu exprimo tão nitidamente a minha convicção, não é pelo mesquinho prazer de recriminar, e sim para tentar fazer com que ella seja compartilhada na França.

Recusar-me á evidencia, desprezar a oportunidade de fazer conhecer o verdadeiro estado das cousas, não seria preencher a minha missão.

Ora, eu repito: na Prussia, nação e exercito revelam um espirito, uma energia, uma disciplina, uma instrução que os tornarão para nós, na hypothese de um rompimento, os mais formidaveis adversarios. "Não nos é permittido zombar da Prussia", me dizia o principe Napoleão por occasião da sua excursão a Berlim. A esta affirmativa permittam-me ajuntar: Nós jámais havemos de zombar, e tudo quanto os ignorantes poderão dizer da Prussia não impedirá que ella possua o primeiro fuzil de carregamento rapido; ora, semelhante facto não é outra cousa senão a manifestação visivel da intelligencia d'um povo.

Recordação bastante curiosa, é que uma primeira vez já, na Guerra dos Sete Annos, os prussianos obtiveram parte dos seus successos em consequencia d'um aperfeiçoamento introduzido no seu fuzil: consistia no emprego da vareta de ferro.

E' moda na França exaltar o exercito austriaco, e aquelles que o fazem com alguma reserva usam invariavelmente desta — censura banal: "Desacreditando o exercito austriaco, diminuímos a nossa gloria." A questão não é essa. Não se teria outra difficuldade senão a de escolher os factos historicos para provar que o exercito é, apesar das suas qualidades, o menos — formidavel — dos

exercitos que se encontram na Europa. Os austriacos guardam a rotina do vencido, me dizia o principe Frederico Carlos, que os tinha em conta de mediocres.

Por minha parte, tenho estudado e comparado, ha dois annos sobretudo, os exercitos austriacos e prussianos para ousar dizer com toda a segurança: "Livremo-nos de acreditar (em França) que se a guerra arrebentar, teremos de combater tropas como as austriacas. O exercito prussiano nos opporia um vigor, uma audacia, uma sciencia da guerra (3) que nós não encontramos na Italia."

O que se teria passado, por exemplo, em 1859 (4) si, em lugar d'um exercito austriaco tivessemos de combater um exercito prussiano? Desde o começo das hostilidades, o exercito estaria em Turim, antes que um só soldado francez tivesse transposto os Alpes. Em Solferino (Campanha citada), o quarto corpo teria sido separado desde o começo da lucta.

Não se poderá duvidar, quando já se conhece a energia desenvolvida pelas tropas prussianas, na guerra de 1866, e a intelligencia da qual deram tantas provas seus chefes.

Esta guerra apresenta, entre outros, tres combates taes que difficilmente se citariam exemplos mais bellos na historia de outros povos.

A vinte oito de Junho, no combate dito de Soor, um batalhão do 2º regimento de granadeiros, — Imperador Francisco, — ataca uma brigada inteira austriaca, forte de sete batalhões (a brigada Grivicic), e apesar das perdas enormes, elle dá a um outro batalhão prussiano tempo de chegar e dispersar os sete batalhões inimigos, que não mais entraram em linha durante o resto da campanha.

A tres de Julho, em Sadowa, a divisão Fransecky, forte de 9.000 homens, lucta durante muitas horas, primeiro contra um, depois contra dous corpos do exercito austriaco, e mantem a lucta.

No mesmo dia, a 1ª divisão de infantaria da guarda se apodera da altura de Chlum e alli se defende só, durante tres quartos de hora, contra os ataques mal dirigidos, é verdade, de dous corpos de reservas austriacas, ainda intactas. (5)

**

Eu terminarei por algumas palavras sobre as qualidades manobreras do exercito prussiano e sobre a intelligencia da guerra desenvolvida entre

3) Quantas verdades dizia Stoffel ao imprevidente governo francez! Elle escreveu este relatório em 68, dous annos antes de 1870, antes de Sedan e Metz!

4) Conhecida pelo nome de Guerra da Italia, essa guerra foi feita pela França á Austria, em virtude do "ultimatum" d'esta ao Piemonte, como consequencia da sua politica de usurpação.

A campanha foi iniciada pela batalha de Monte-Bello, em que o general Forey derrotou duas divisões austriacas do Conde Standion, seguida da victoria de Palastro, por Victor Manoel que abria ao rei do Piemonte e a Napoleão III as portas de Milão.

5) "A resistencia da 1ª divisão seria inexplicavel si não se soubesse que nesse momento Benedeck estava longe de Chlum; que as tropas dos dous corpos de reservas austriacos não tentaram retomar essa posição, sendo empregando esforços desconexos e que uma chuva fina impedia aos austriacos de saber que tinham a combater somente uma divisão.

Mas a defeza da divisão de Hiller não deixa de ser um dos factos mais extraordinarios das guerras modernas. Esse general tinha recebido ordem de parar em Hovenowes e alli esperar ordens; mas, irritado por certas censuras que lhe tinha dirigido o principe de Wurtemberg, commandante da guarda, a 28 de Junho, no começo do combate de Soor, elle desobedeceu á ordem do principe, e lançou-se com a sua unica divisão contra a altura de Chlum, procurando rehabilitar-se.

1) Commandou o 1.º Corpo na Campanha da Bohemia e venceu os exercitos de Gambetta, commandados pelo general Aurelles de Paladines, sobre o Loire.

2) Falava em 1868, portanto dous annos antes da guerra de 70, tão funesta ás armas francezas.

os officiaes pelo estudo e pelo trabalho. São unânimes os officiaes estrangeiros que se acham em Berlim, em admirar a precisão de manobras dos jovens que compõem o exercito. Fica-se encantado, com effeito, com os resultados obtidos, sob esse ponto de vista, com uma duração de serviço tão curta.

As tropas deram prova brilhante d'essas qualidades manobreras durante a guerra de 1866. Na Bohemia, generaes prussianos me têm narrado certos factos que, mesmo admittendo a exaggeração, deixam largo campo á admiração. Elles exaltam o sangue frio com que os soldados cerravam as fileiras a medida que o fogo inimigo tornava necessario.

No combate de Sklitz, o 47º regimento avança em linha, com os tambores batendo, debaixo de um fogo de artilharia muito vivo, contra as tropas do general austriaco Frager. A precisão e a tranquillidade d'esta marcha foram taes que o general, que olhava as tropas prussianas como — **bôas para paradas** — gritou diante das suas tropas: "Olhem aquelles porcos! Pensam estar em parada!"

Elle foi morto, e sua exclamação, transmittida pelo seu official de ordenança feito prisioneiro, tornou-se historica no exercito prussiano.

As tropas prussianas conservariam sua regularidade de manobras diante do arrojo dos nossos soldados? Eu ignoro. Nós temos desgraçadamente em França um escola de officiaes que nega a vantagem da "precisão das manobras" e vae ao ponto de exigir como principio "a impetuosidade na desordem".

Deus queira que os nossos generaes meditem o que Napoleão I escreveu sobre as manobras e imitem-n'o o mais depressa possivel, pois os seus soldados tinham certamente tanto arrojo quanto as tropas de hoje. Nossa desordem impetuosa foi bem succedida contra os austriacos, mas poderia não ser contra tropas solidas como são as inglezas ou prussianas, e os arrependimentos chegariam muito tarde. Relativamente ao que concerne á sciencia da guerra, eu tenho dito que ella está muito desenvolvida entre os generaes prussianos.

As provas abundam, porém eu me limitarei a uma bem caracteristica, que me suggeriu o estudo da guerra de 1866 (contra a Austria), e referente ao modo de repartição dos corpos de exercito.

Napoleão I escreveu: "O limite das faculdades humanas é tal que não é dado a nenhum general commandar sobre um mesmo theatro de operações mais de cinco unidades distinctas." Ora, o que vemos nós em 1866? Benedek tem, como forças disponiveis, sete corpos de exercito austriacos, o exercito saxonio, quatro divisões de cavallaria, uma reserva de artilharia; total treze unidades! Pensa elle de as organizar em varios grupos ou exercitos? Absolutamente não. Elle tem a pretensão de dar ordens directas (sem intermediarios) a cada um d'esses — treze corpos independentes! Por esse motivo, quanta incoherencia, quanta perda de tempo, que de ordens e contra ordens n'essa curta campanha tão funesta á Austria! E que contraste com as disposições tomadas em Berlim! Lá, tres exercitos, isto é, tres unidades sómente, recebendo ordens geraes emanadas do quartel general do rei, cada um dos commandantes de exercito conservando liberdade para a execução e não tendo a regular os

movimentos senão de quatro ou cinco unidades ou corpos de exercito. Tudo é simples e logico. Facto singular!

A Austria comette em 1859 e 1866, duas faltas, inversas uma da outra, quanto á distribuição das suas forças. Em 1859 (6) ella forma dois exercitos distinctos, o que é uma das piores disposições, pois que não implica nem ala nem centro, salvo se deslocar os grandes commandos. Ao contrario, ella adopta em 1866 uma formação ainda mais viciosa, formando treze unidades separadas, sem nenhuma ligação entre si. Semelhantes factos não provam claramente a superioridade e intelligencia do exercito prussiano sobre o exercito austriaco: porque se neste ultimo os officiaes generaes ignoram principios essenciaes da guerra que o grande capitão expoz em suas Memorias, o que se deve pensar dos officiaes menos graduados?

Como se pôde ver, tudo o que eu tenho dito do exercito prussiano, e em particular da sua superioridade sobre o austriaco, resulta do modo o mais evidente do estudo dos factos junto ao estudo do caracter e das instituições dos dois povos.

Eu desafio a todo o official que queira comparar e reflectir, que chegue a formar uma convicção differente da minha.

Elle reconhecerá, forçosamente, entre o exercito prussiano, que comprehendendo as intelligencias e as forças moraes de toda a nação, em primeiro lugar as qualidades distinctivas da raça do norte da Allemanha, — a energia, a audacia, a disciplina, o sentimento do dever e da dignidade — depois a unidade, a instrução, a sciencia das manobras, um armamento excellente, um estado-maior o mais instruido da Europa, a arte da guerra desenvolvida entre os officiaes pelo estudo e pelo trabalho: todas as cousas que não se encontram no exercito austriaco ou que se encontram em menor gráo.

E' quasi inutil accrescentar que os acontecimentos militares de 1866, outra cousa não fizeram senão augmentar no exercito prussiano o sentimento do seu proprio valor; mas bem antes d'essa época nada se desprezava para dar ao exercito uma confiança absoluta em si mesmo, para o honrar, para o cercar de todas as considerações possiveis.

Todos os esforços são para elle, e tudo tende a dar-lhe, aos olhos do paiz e da opinião publica, o caracter de uma — instituição fundamental. Eu ia quasi dizer — de uma instituição sagrada — por que não ha em todos os actos onde está representado o exercito e outros aspectos militares, manifestações que não sejam impregnadas de um caracter religioso, e durante os serviços divinos, é para o rei e o exercito que o ministro pede, antes de tudo, a benção do Todo-Poderoso, não sendo citado os outros corpos do Estado senão por ultimo. E o facto que eu venho de assignalar prosegue com essa dignidade calma, com esse sentimento de forte convicção que caracteriza tão essencialmente esse povo serio e energico, cujo territorio se estende do Vistula ao Rheno.

6) Diz Du Bourget (*Campaigns Modernes de 1792-1892*), tratando da Campanha da Italia: "No começo da guerra, o exercito austriaco commandado pelo general Giulay compunha-se de cinco corpos; mais tarde, em Solferino, o imperador Francisco José commandou dous exercitos, etc."

**

Que contraste com a situação estabelecida no exercito da França, que não é mais do que uma agglomeração de desherdados da fortuna, onde cada vez mais se perde a disciplina e o espirito militar!"

Berlim, 22 de Julho de 1868.

**

Traduziremos, depois, o Relatorio que trata detalhadamente dos "Elementos de Superioridade do Exercito Prussiano", seguindo-se o que trata da "Organisação Militar Prussiana de 1814", que durou quarenta e cinco annos, bem como as modificações de 1859 e 1860.

Ficaremos desde então habilitados a dizer que o povo allemão não desapparecerá, depois d'essa luta de gigantes que ensanguenta o solo da velha Europa, como superficialmente se affirma.

Poderá ser vencido, porem abrigando em seu peito qualidades tão invejáveis, herança dos seus antepassados, surgirá de novo, forte e cheio de experiencia, mais bem aparelhado ainda, para descrever a trajetoria brilhante que o destino reservou-lhe a percorrer na senda do progresso humano.

2.^o Tenente *M. Alexandrino da Luz.*

Do 50.^o de Caçadores

Um anno de instrucção na Arma de Engenharia

Multiplos foram os embaraços e contratempos que se antepuzeram aos modestos incorporadores do 1.^o B. E., por occasião de ser iniciada a nova phase de instrucção, orientada segundo a verdadeira missão da arma — a de tropa combatente.

Faltava tudo: effectivo numerico, recursos materiaes e regulamentos peculiares á arma.

O *elemento soldado* era insufficiente e até irrisorio para a organização e execução dos serviços especiaes de cada companhia.

O *material* existente, alem de escasso e antiquado, estava quasi imprestavel.

De *regulamentos*, nem sequer um projecto, uma tentativa.

O conjunto desolava, mas, no empenho de bem cumprir os nossos deveres profissionais, era preciso não hesitar, nem ter amollecimentos ante a perspectiva d'um fracasso pela mingua de recursos.

Impunha-se dar o primeiro passo. Foi o que fizemos, rumando toda a nossa energia e actividade para o campo de instrucção.

Do nada era preciso fazer tudo.

As responsabilidades eram grandes, mas nos sentiamos confiantes nas nossas dedicações e animados pela corrente benéfica que percorre o organismo do Exercito

fazendo da caserna não só uma escola de soldados como também de patriotas.

Urgia, pois, resolver o triplice problema das nossas necessidades, lançando mão para isso de elementos ao alcance da nossa iniciativa, do nosso criterio e da nossa boa vontade.

Ao *desfalcado numero de soldados* dos nossos exiguos quadros effectivos, pedimos não pequenos sacrificios e dobrados esforços, dando-lhes, em troca, o calor estimulante do nosso entusiasmo pela causa do preparo efficiente das nossas forças para a defesa nacional.

Os soldados corresponderam bravamente ao nosso appello.

Eram oitenta, se tantos, mas conseguiram fazer, embora em tempo maior, o que deveria ter sido feito por trezentos, no minimo. Digo no minimo, porque penso ser de 100 soldados, por companhia, o menor effectivo capaz de produzir alguma coisa em campanha.

Ao *commercio* fomos comprar, com os poucos meios pecuniarios disponiveis, o material indispensavel aos nossos trabalhos. Não houve, nem podia ter havido um criterio tactico nessa aquisição, tal a imperiosidade do tempo e a emergencia das nossas difficuldades, accrescidos pelos falhos recursos do mercado, não preparado de momento para o fornecimento de ferramentas, utensilios e outros objectos á feição da nossa technica militar.

Restava-nos a solução mais difficil, a dos *regulamentos*.

Era impossivel improvisal-os, pelo simples motivo de que regulamentos não se improvisam. Elles procedem da observação do que ha feito no mundo militar adiantado, com as modificações aconselhadas pela experiencia após consciencioso ensaio na pratica e pela evolução das coisas militares atravez das grandes guerras.

Recorrer aos regulamentos estrangeiros era o caminho racionalmente indicado e o unico realisavel.

Isso fizemol-o, extrahindo, ora de um ora de outro, o que havia de mais elementar, de mais simples e de mais assimilavel pelos nossos bisonhos commandados.

Adaptámos ao nosso meio os rudimentos essenciaes a um manual do soldado de engenharia, cabendo a cada um de nós uma pequena parte nessa collaboração.

Resta-nos ainda fazer uma cuidadosa compilação desses trabalhos parciaes.

Não podemos ainda calcular o alcance dos nossos esforços, mas as suas consequências fructuosas já se fizeram sentir, embora vagamente, no primeiro exame de companhia que o nosso batalhão fez em presença de toda a guarnição.

Foi uma radiante tentativa em que ficou evidente o progresso da nossa arma e o quanto ella pôde ser util numa acção de conjuncto.

Seja-nos isso uma doce e gratissima recompensa.

E', porém injustificavel que desapareça com esta *ultima camada de voluntarios*, o fructo de tanto trabalho.

Registraremos em lettra de fôrma o que fomos colher na seára dos grandes paizes militarizados.

Sei que entre nós, alguns ha formalmente contrarios á essa medida, por julgarem-n'a jactanciosa e descabida.

Jactanciosa e descabida, asseveram, porque outros officiaes da nossa arma encontrarão tudo quanto escrevermos, nos regulamentos respectivos da Allemanha, da França, da Inglaterra, de Portugal, da Argentina e em artigos esparsos.

Terão esses officiaes á mão os regulamentos citados?

Haverá nas guarnições do nosso extenso territorio muitos possuidores de um ou mais exemplares desses numeros?

Não, responderão forçosamente ás duas interrogações.

Ha, além disso, a considerar o trabalho de adaptação—escolha e systematisação dos assumptos, accordes com os elementos de que é dotado o nosso meio.

Para valorisar o meu alvitre, basta lembrar a economia de tempo e de trabalho que de sua realisação resultará para os que vivem na lida da instrucção quotidiana. A todos nós restará o dever de ampliar e melhorar ensaios em pról da instrucção na arma de engenharia.

Assim pensando e sentindo, levarei a termo o meu proposito.

2º Tenente *Ary Pires*.

Organisação dos Arsenaes e Fabricas Militares

CONTRAMESTRES

E' de assombrar a alluvião de titulos que os Contramestres das nossas Fabricas têm recebido. Citemos alguns: Chefe de machinas, Mestre-geral, Mestre de officina,

Mestre de 1ª classe, Mestre de 2ª, Contramestre, Contramestre de 1ª, Contramestre de 2ª, Mandadores, Encarregados de officina, etc.

Não seria possivel reduzirmos essa copiosa nomenclatura a um ou dois titulos sómente? generalisando-a para todas as Fabricas e fixando-a definitivamente?

As denominações de—*Mestre e Contramestre*—ou, *Contramestre de 1ª classe e Contramestre de 2ª* parece-nos, resolveriam o problema.

No correr destas linhas adoptaremos, para evitar repetições fastidiosas, um só titulo, o de "Contramestre".

Nenhum dos nossos estabelecimentos fabris trata, com precisão, nos seus Regulamentos, dos requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos a Contramestre. Alguns dizem que o Contramestre deve saber ler, escrever e contar, que deve conhecer o seu officio e... mais não dizem. D'ahi a imperfeição do quadro de Contramestres que apresentam hoje as nossas Fabricas Militares. Se um operario, habil no seu officio, sabendo ler e escrever, allega ainda: ter tantos annos de serviço (em geral—15 a 30), não ter faltas e possuir numerosa familia... está indubitavelmente promovido a Contramestre. E é considerada tão justa essa promoção que não tratamos de ver se o *velho servidor da Nação e exemplarissimo chefe de familia*, preenche mais algumas condições, como estas:

1) Sabendo ler, escrever e contar, o novo Contramestre saberá redigir uma parte, organizar os mappas de material consumido, de mão de obra e de producção; comprehenderá, emfim, a escripturação de uma officina? Saberá ler um desenho e escrever um croquis? Os seus conhecimentos de contar lhe permitirão ler e escrever 0,0002? Reduzirá $\frac{1}{16}$ da pollegada a millimetros? Manejará os micrometros, escalas, verniers, etc., em uso no estabelecimento?

No capitulo "ler, escrever e contar" o candidato teria que se submeter a um exame muito serio.

2) Proficiente no seu officio e não tendo faltas que desabonem a sua conducta, o novo Contramestre saberá ensinar e terá força moral e energia bastantes para chefiar, para commandar os seus velhos amigos e antiquissimos companheiros de officina? Em outros termos: terá capacidade profissional de Contramestre?

3) Tendo *tantos* annos de serviço, o novo Contramestre será um homem forte e sadio, isto é, terá capacidade de trabalho?

Seria indispensavel que essa condição fosse rigorosamente satisfeita.

4) Possuindo, finalmente, todos esses tres ultimos requisitos e mais os de puro sentimentalismo, o novo Contramestre terá tino technico-administrativo, iniciativa de commando, capacidade directora?

Precisamos dar ao Contramestre o seu verdadeiro lugar: elle é na officina o que o Director é no estabelecimento.

Para isso, porem, torna-se necessaria a escolha rigorosa por meio do concurso ao qual devem concorrer operarios de qualquer Fabrica Militar, de qualquer industria particular, nacionaes ou estrangeiros.

Protejamos patriotica e efficazmente os nossos velhos operarios, mas que essa protecção não traga prejuizos á nossa honra profissional, nem aos cofres da Nação.

1º Tenente *Freire de Vasconcellos*.

A Revisão do R. E. I.

Acompanhando *pari-passu* no anno findo a instrucção ministrada em alguns corpos de infantaria de accôrdo com o novo R. E. I., o 1º tenente Ascendino d'Ávila Mello e o signatario deste annotaram suas observações, e, em Dezembro, coordenaram as alterações que lhes pareceram necessarias no mesmo regulamento, apresentando o resultado á consideração das altas autoridades militares e commandantes de todos os corpos da arma nesta guarnição.

Com o intuito de levar ao conhecimento dos companheiros esse estudo para que soffresse a necessaria critica, foi elle apresentado para publicação no Boletim do Estado Maior, cujo chefe, porém, julgou mais acertado enviar esse trabalho á secção competente para aproveitar o que houvesse de util.

Em consequencia do estudo a que foi submettido o trabalho, foi resolvido enviar o á commissão que elaborou o regulamento, com as alterações que então foram solicitadas dos corpos.

Tendo ficado assaz longo nosso estudo, não nos é possível publicar o nestas paginas.

Para que, porém, se possa formar algum juizo sobre o criterio com que orien-

tamos nossa critica, destaco aqui o art. 529 do R. E. I. que póde ser estudado isolado.

CRITICA

Sempre que se approxima uma formatura para revista, são constantes as vacillações, dada a multiplicidade de prescripções que regem a materia, umas em contradicção com as outras.

E' necessario, pois, uniformisar essas prescripções.

Regulam o assumpto o regulamento em questão e as "Instrucções para as paradas em que concorrem as differentes armas".

— Pelo regulamento são duas as bandeiras, que pelas instrucções são quatro e assim foram usadas na parada de 7 de Setembro.

Pela figura do regulamento, a distancia entre os guias é de 40 passos e pelo texto de 40 metros.

— Nesta guarnição onde ha *tropas montadas* e sempre disponiveis os sargentos necessarios para guias, nunca se cumpriu o que determina o *regulamento* a respeito, observando-se o que estatuem as *instrucções*, sendo de notar que essas são as mais geraes, abrangem todas as armas, enquanto o regulamento só legisla para a infantaria.

E porque o desfilar não é empregado só onde ha diversas armas, parece-nos mais racional que no regulamento para a infantaria, que é a mais numerosa e que serve de typo para essa cerimonia, se deve consignar todas as disposições necessarias para ella.

— A bandeira nacional só deve ser empregada quando marca o lugar do Presidente da Republica; do seu deslocamento para marcar o lugar do commandante em chefe, resulta que toda a tropa vira o rosto para o lado opposto ao passar por ella.

Por isso, julgamos que essa bandeira deve ser outra, que não a nacional, quando o Presidente não lhe ficar junto.

— Se para marcar o lugar do commandante em chefe quando o Presidente assiste de tribuna, é necessario collocar com antecedencia uma bandeira, mais racional é que essa bandeira ou bandeira exista sempre para junto d'ella collocar-se a musica, afim de não acontecer como o que se deu com a da fig. 11 que foi além da autoridade.

— Julgamos vantajoso substituir o "suficiente" das *instrucções* por "estricamente", afim de se não reproduzir o que se deu a 7 de Setembro ultimo, em que o Genera

em Chefe ficou muito distanciado da linha dos guias, dando lugar a que as musicas tivessem de realizar grandes deslocamentos para ir e vir e, como consequencia, que as unidades desfilassem com as distancias muito augmentadas.

— No regimento os movimentos de *marcha* e *marcar-passo*, tendo de ser feitos por todo elle ao mesmo tempo afim de se guardarem religiosamente as distancias, só podem ser mandados por toque.

O movimento de *olhar á direita!* aprendido na gymnastica (R. G. n. 20 b) não produz effeito na continencia, é necessario para se obter isso que o movimento seja rapido.

— O *regulamento* só cogita do caso da autoridade assistir á cavallo e as *instrucções*, pela collocação da musica, só cogitam do caso della assistir de tribuna ou pavilhão.

— Não são sómente os officiaes generaes e superiores que saúdam ao chegar ao 1º guia, a continencia é feita de guia a guia e symetrica em relação á autoridade, com excepção dos commandantes de companhia.

— Tratando-se de formatura para effeito, julgamos racional o que já se emprega em parte desta guarnição; isto é, a formação dos capitães por altura, pois por altura devem estar formados os soldados, de accordo com o n. 93.

A marcação dos tempos não importa em commando, pois mesmo na ordem de numeração de companhias, póde o da direita ser um tenente.

— Nem o *regulamento* nem as *instrucções* cogitam actualmente do ponto em que os commandantes de companhias desfazem a continencia.

— A extensão da marcação dos tempos para as continencias se faz necessaria aos casos em que formam em uma mesma linha varios officiaes.

— Algumas modificações mais, propostas para este numero, são tiradas das *instrucções*.

MODIFICAÇÕES PROPOSTAS

Fig. 11 — Figure-se: os ajudantes dos batalhões e as bandeiras azues.

Substitua-se: “até” por “para” na 2ª linha; “ahi” por “antes de ahi chegar”, na 3ª linha; “metros” por “passos”, na 6ª linha da pag. 180; “dá á sua unidade a voz” por “manda dar o toque”, na 16ª linha da mesma pag.; desde “e depois”

até “Em frente” por “Quando cada unidade chega á 1ª bandeira azul, o commandante manda por toque *marcar passo!* e deixa a musica se adiantar; quando esta attinge o 1º guia manda, por toque, “Em frente!” nas 20ª e 21ª linhas da referida pagina; “o ponto inicial” por “a 1ª bandeira azul”, na 17ª linha da pag. 182.

Accrescente-se: “No alinhamento dos guias, 20 passos antes do primeiro e 20 passos depois do segundo, são collocadas duas bandeiras azues; a primeira para determinar o ponto em que as bandas de musica começam a tocar, e a segunda para assegurar a direcção da marcha.

No centro, entre as bandeiras encarnadas, é collocada uma bandeira nacional, junto á qual fica o Presidente da Republica, quando assiste ao desfilar á cavallo; não sendo o Presidente a autoridade, a bandeira nacional é substituida por uma bandeira verde.

Quando, o Presidente ou a autoridade assiste de pavilhão ou tribuna, a bandeira ou bandeira serve para marcar o ponto em que os commandantes de companhia abatem as espadas.

A uma distancia da linha dos guias estritamente necessaria para permittir a passagem da tropa, é collocada tambem uma bandeira verde, á esquerda da qual fica o commandante em chefe, no caso da autoridade assistir de pavilhão ou tribuna.”

Tudo isto depois de “a qual se desfila” na 7ª linha; “rapida e” entre “deve olhar” e “francamente”, nas 25ª e 26ª linhas; “da direita e seus cerra-filas”, depois de “subalternos”, na 27ª linha; “Além destes guias, deixam de olhar para a autoridade apenas o porta-bandeira e sua guarda”, depois de “direcção da marcha”, na 28ª linha, tudo da pag. 180.

“No caso da autoridade assistir de um pavilhão ou tribuna, o commandante em chefe volta á esquerda na altura do 2º guia, indo collocar-se em frente da autoridade e á esquerda da bandeira”, depois de “durante o desfilar”, na 9ª linha; “alinhados por altura”, depois de “companhias”, na 12ª linha; “ao attingirem o 2º guia levam-n’as á posição primitiva”, depois de “autoridade”, na 14ª linha; “Da mesma fórma são executadas todas as continencias com ou sem arma, e o movimento da bandeira, sempre que na mesma linha se colloquem dois ou mais officiaes, marcando os tempos o da direita”.

"As bandeiras são perfiladas e desfraldadas ao chegarem ao primeiro guia e assim se conservam até o segundo."

Tudo depois de "um e dois", na 16.^a linha; "Quando a autoridade assiste de pavilhão ou tribuna marcham a passo até a metade da distancia que os separa da linha dos guias, saúdam novamente a autoridade seguindo, a galope, a tomar seus lugares", depois de "autoridade", na 26.^a linha, da pag. 181; "com o flanco esquerdo apoiado na bandeira verde", depois de "autoridade", na 1.^a linha; "A musica de uma unidade só começa a tocar depois que cessa a da antecedente", depois de "seu lugar", na 6.^a linha; "de corneteiros", depois de "exceptuam-se as", na 15.^a linha, na pag. 182.

Supprima-se: "mandando sahir os guias e", na pag. 178; desde "e com a mesma frente que ella" até "esses guias", na 12.^a linha da pag. 180; "generaes e superiores", na 10.^a linha da pag. 181; "das outras unidades que concorrem ao desfilar", nas 13.^a e 14.^a linhas da pag. 182.

Pensamos que dessa fórma reunimos em um só ponto todas as disposições sobre o assumpto, facilitando a obtenção da uniformidade nessas solemnidades.

Para se apreciar o resultado dessas modificações é mister introduzil-as nos pontos indicados e depois proceder á leitura ou copiar o artigo do Regulamento introduzindo-as, o que não fazemos para não occupar espaço mais aproveitavel para outro companheiro.

1.^o Tenente *João Marcellino*.

Do Grandmaison Pequeno

"Movimentos regulares com as linhas de atiradores, sobre grandes extensões e em terreno difficil, conservando ao mesmo tempo a *direcção* de marcha, coostituem um dos *mais importantes* objectivos da instrucção" (202—R. E. I.)

Os nossos processos de marcha no combate ou em suas proximidades, necessariamente, modificam-se. Desde que raream os abrigos para as massas, a rigidez dos dispositivos se torna impraticavel.

A imperiosa necessidade de utilizar o terreno, o grande fraccionamento dos elementos e a extensão das frentes, exigem de cada grupo uma larga independencia.

O conjuncto do movimento não pôde mais ser regrado senão por *direcções*.

Em nossos exercicios achamos *mais commodo* ter a cabresto as nossas companhias e os nossos pelotões. Insistimos em pretender movel-os como se fossem piões em um taboleiro de xadrez.

Urge renunciar a esses habitos, cada vez menos applicaveis ao combate moderno.

Quer nas marchas de aproximação, quer durante o combate, um grupo, qualquer que seja o seu effectivo, não deve se mover nunca sem um objectivo, uma *direcção* determinada previamente.

E' preciso que a marcha se torne para cada fracção uma série de lances de um ponto a outro do terreno, tão exactamente definido quanto possivel.

Na pratica, é certo, sente-se grandes difficuldades. A *direcção* ainda não é como devera ser uma preocupação dominante nos principios sobre os quaes repousa a nossa instrucção.

Importa-nos pois modificar nossos habitos dando, em *todos os ramos* da instrucção, um lugar preponderante á noção de *direcção*.

As consequencias desta determinação são multiplas e merecem um exame detido.

Os processos empregados em nossas marchas e estacionamentos sempre assentaram e ainda se baseam em dois principios geometricos.

I—O alinhamento, isto é, o facto de se collocar ou se manter a tropa segundo uma linha determinada por um certo numero de pontos.

II—A noção da perpendicular. Por exemplo: estabelecer uma columna perpendicularmente a uma frente traçada com antecedencia, nos pontos de reunião; mudar de direcção, segundo um angulo fixado, etc.

O traçado da linha base (nas reuniões) e a orientação dos dispositivos (nas marchas) não consideram os chefes senão pelos seus pontos de alinhamento (guias).

Um habito velho nos impede de notar quanto estes methodos são anti-naturaes, pouco praticos em terreno difficil e só realisaveis a custo de grandes sacrificios. E, para isso, um laborioso aprendizado!

O unico argumento em seu favor é a precisão do traçado das linhas nas revisitas das praças de exercicios. Essa razão, hoje que a *ordem unida* passou ao *segundo plano*, não tem mais valor.

Trata-se de substituir esses dois princípios pelo seguinte: *qualquer movimento ou estação se determina, antes que tudo, em relação aos pontos visíveis do terreno.*

Pode-se reconstruir integralmente, sob este princípio, todas as nossas formações e evoluções actuaes.

Exemplo: uma fileira será formada de homens com a frente para o mesmo ponto do horizonte (bastante afastado para que o parallelismo seja sufficiente) e collocados á mesma altura. Este será o novo alinhamento. Uma reunião se formará de unidades estabelecidas, cada uma por si, com a frente para pontos indicados á distancia e intervallos prescriptos. Na marcha de frente, cada homem marchará francamente com a mesma grandeza de passo para o ponto fixado, apenas attento em não passar seus visinhos, etc.

A transformação completa dos nossos habitos não se pôde fazer senão pouco a pouco. Aliás o R. E. I. nos dá iniciativa de modo a podermos dirigir nossos esforços num *sentido util*.

E' indispensavel desenvolver por todos os meios o sentimento de *direcção*, que deve ser a base do preparo da tropa.

Desde já, mesmo obedientes ás prescripções regulamentares, poderemos usar da latitude que nos é concedida, nas seguintes condições:

Instrucção individual—Desde o começo, a principal noção dada ao soldado não será mais "alinhar-se pelo visinho" antes *cobrir* exactamente um ponto determinado. Desde a instrucção sem arma e em todas as phases da instrucção individual o recruta deve ter, constantemente, que *cobrir direcções*.

Desde os mais rudimentares exercicios o homem deve ter innumeradas occasiões de se collocar correctamente em justaposição a um ponto dado e a todo instante mudado.

Na marcha individual nunca se mandará o homem seguir sobre uma pista mas segundo uma *direcção*. O principal é, de resto, obter-se uma marcha directa e rectilínea para um ponto fixado. O mais são questões de detalhe.

Flexionamento—Se um grupo de homens se constitue, será formado *com a frente para alguma coisa* e não se deslocará sem que uma *direcção* seja indicada. E' preciso que elle esteja apto a *fazer frente* rapidamente, a qualquer dos pontos visíveis do horizonte. Nas evoluções, os deslocamentos

e as mudanças de direcção a pé firme ou em marcha se farão em relação a pontos do terreno. Os deslocamentos sem *direcção* indicada é preciso que desapareçam dos nossos habitos.

Reuniões—Quaesquer que sejam os effectivos a reunir, é preciso oriental-os em *direcções* determinadas. Cada unidade, depois de fazer frente a um ponto fixado, marcha para o seu lugar. Determinemos as reuniões não mais por *traçados*, mas por pontos do terreno que as unidades devem *cobrir*.

Esse é o meio seguro e pratico para orientar a tropa em vista da acção ou do movimento.

Mario Travassos.

Topographia Militar

Extrahido do "Livro de recapitulação para o uso da tropa", do Capitão Cebrian, professor na Escola de Guerra de Danzig. 1914.

INTRODUÇÃO

Correlações entre a tactica e a topographia. Importancia e papel da topographia na guerra. Cunho militar nos exercicios de reconhecimento topographicos.

1. Ao passo que a tactica cogita do commando e do emprego das tropas em campanha, sendo neste sentido uma escola para a transformação da vontade em acção executora da victoria, a topographia militar, tratando de aguçar as vistas e o entendimento para as particularidades do terreno, procura estabelecer bases seguras para o conveniente encaminhamento e execução de medidas tacticas.

Considerações puramente tacticas, ordens, providencias, não constituem objecto do ensino da topographia; este ensino comprehende, porém, as conclusões de ordem tactica, que se tirem de um estudo do terreno, bem assim as descripções, considerações, julgamentos de qualquer terreno, seja immediatamente como resultado de determinadas missões de esclarecimento e de reconhecimento, seja mediatamente, pela comparação entre a realidade e sua imagem sob a forma de plantas, cartas, esboço perspectivo, photographias, ou em ligação com exercicios de jogo da guerra e leitura de cartas, ou de execução de croquis, esboços, levantamentos e photographias.

2. Chama-se terreno qualquer porção da superficie da terra com as suas partes

geologicas visiveis, e modificações naturaes e artificiaes em planta e em nivel. Como grande palco em que se desenrola a guerra em seus detalhes, o terreno pede attenção no serviço:

- I das *operações* de terra e mar: estrategicas, tacticas e politico militares;
 - II. da *technica*: engenharia de campanha, guerra de fortalezas, serviço de communicações;
 - III. da *administração militar*: subsistencia e recrutamento, serviço de saúde, serviço de etapas.
3. Os accidentes artificiaes (culturas, construcções) e a fórma do terreno influem, em gráo variavel com o estado atmosphérico, a estação e a hora, sobre:
- a) movimentos de tropas (para a reunião, a concentração; no começo das operações, para o esclarecimento, a marcha ao inimigo) — estradas de ferro, vias maritimas e fluviaes, rêde de estradas, natureza do sólo, desfiladeiros, pontos para observação;
 - b) estacionamento (fim de marcha, mascaramento, segurança, cessação das operações) — linhas fluviaes, linhas de obstaculos, localidades, cultura, rêde de estradas, vias ferreas;
 - c) o combate (ataque e defeza em suas diversas fórmas, retirada, perseguição, pequena guerra, combate de matto e de localidades) — conformação do terreno em sua influencia conjuncta sobre:
- I. praticabilidade (concentração, desdobramento, desenvolvimento);
 - II. commandamento (condições de observação para esclarecimento, segurança, descoberta de medidas do inimigo, direcção do combate e ligação com unidades vizinhas);
 - III. efficacia do fogo (commandamento, facilidade de observação, forma e natureza do terreno na posição occupada, na zona fronteira e na zona inimiga);
- IV. desenfiamento (às vistas e ao fogo).
4. Justamente para o combate, muito augmentou a importancia do terreno. Seu cuidadoso aproveitamento importa mais que dantes: os meios de combate technicamente aperfeiçoados só conduzem á victoria quando o commando os maneja com uma meticolosa utilização do terreno.
- Em geral o commando procura pela carta utilizar o terreno para o seu objectivo

tactico, e delimitar o campo de acção de seus sub-commandantes para a execução de suas ordens; a esse terreno delimitado hão de se adaptar as formas tacticas. Tanto o atacante como o defensor se esforçam por desenfiar às vistas do adversario os seus movimentos e posições, attendendo á efficacia do armamento; a polvora de pouca fumaça o facilita. Tambem os aperfeiçoados instrumentos de observação obrigam a melhor aproveitamento do terreno, especialmente na escolha de formações apropriadas para a aproximação.

As posições cobertas de artilharia, as mascaras, as obras simuladas ganham importancia; a côr dos uniformes de campanha difficulta a descoberta dos objectivos, os quaes procura-se diminuir, por causa da observação por via aérea.

Assim resulta o "vasio do campo de batalha" — "o maior pavor da moderna batalha".

5. O exito no decorrer do combate depende na maior parte duma observação segura.

Ella pôde ser consideravelmente prejudicada pelas contra-disposições do inimigo; apesar do esclarecimento por via aerea, só com atrazo pôde-se reconhecer a situação do inimigo, o que não sendo feito de prompto pôde custar uma derrota, desde que falhe o esclarecimento contiguo e de combate ou o commando não saiba a tempo julgar pela carta ou no proprio terreno a utilização mais provavel deste pelo inimigo.

6. Os officiaes de todas as armas tem por dever cooperar nesse conhecimento do terreno, isto é, devem possuir a capacidade de descobrir rapidamente todas as vantagens que o terreno offerece e utilisal-as em proveito da propria tropa, como recurso para aniquilar o inimigo.

As excursões a cavallo para exercicios tacticos de quadros, quanto possivel em terreno desconhecido, ampliam o horizonte visual dos officiaes e desenvolvem o seu desembaraço no terreno e na leitura de cartas. (R. S. C. 14, textual).

Especialmente para o official de cavallaria, é necessaria uma instrucção metódica no serviço de patrulhas.

Os officiaes, especialmente da cavallaria, devem ser capazes de desempenhar missões em terreno desconhecido, á noite.

Identicos pontos de vista se applicam ao preparo dos inferiores, bem como ao dos officiaes e inferiores da reserva.

Em maior gráo os pilotos aereos e os officiaes observadores aereos devem ter a capacidade de julgar promptamente um terreno, pois as suas informações assumem muitas vezes influencia decisiva para o alto commando ou para um combate.

7. Todo o official deve estar familiarizado com a perspectiva das photographias de areonaves ou de pontos elevados, e dos esboços perspectivos, tanto quanto com a leitura de cartas nacionaes ou estrangeiras. O official deve ser capaz de, em face duma planta ou dum plano cotado ou dum córte, construir mentalmente uma imagem do terreno representado.

8. Sendo limitada a dotação de cartas da tropa, é preciso o maior cuidado na guerra em conservar as que houver, e tambem em assegurar que as ordens referentes a terreno, em geral baseadas na carta, sejam exequiveis mesmo que o destinatario não possúa carta. As indicações só intelligiveis pela carta devem ser limitadas aos casos em que se saiba com certeza que o destinatario possúe a mesma. Em caso da menor duvida será preciso designar qual a carta empregada ou juntar um esboço elucidativo.

10. A multiplicidade das questões a estudar na topographia militar exige que o respectivo curso se desenvolva do facil para o difficil.

Quem suppuzer que com a simples sabedoria livresca chegará ao objectivo, illude-se!

Só a execução pratica das considerações theoricas, sobre a base de uma determinada situação tactica, e a comparação com a natureza ou sua imagem, a carta, é que póde estimular e desenvolver o entendimento, que primeiramente ha de buscar a segurança na leitura das cartas e na confecção da imagem cartographica da planimetria e da altimetria.

Exercicios dessa especie não exigem longas caminhadas: o proprio terreno que se atravessar ou em que se estiver, ou até onde a vista alcançar, presta-se ás considerações dessa ordem, de preferencia ligando-as a uma situação tactica simples. Convem escolher primeiramente uma carta de escala maior (1:25000) depois uma de menor escala; traduzam-se as suas convenções, aprendam-se de cór. E' questão de exercicio; o melhor é a frequente reprodução das convenções em applicação a trabalhos da especie.

11. Antes de cuidar de resolver determinadas missões de reconhecimento é preciso estar seguro na orientação da carta, na orientação no terreno de dia e de noite, com carta e sem ella.

12. Em regiões desconhecidas póde-se attingir um objectivo distante, invisivel, desde que se saiba determinar a direcção dos pontos cardeaes e os angulos que com ella faz a direcção a tomar.

15. A interrogação de moradores do lugar nem sempre dá resultado seguro. A pergunta: "Este caminho vae a X?" será quasi sempre respondida affirmativamente. Deve-se perguntar: "Aonde vae ter este caminho?" ou "Que distancia ha daqui a X?" ou "E' este o caminho directo (mais curto) para X?"

Em zona cujos habitantes sejam hostis, será necessario conduzir refens, especialmente empregando guias em marcha nocturna, ou fazer ameaças de castigos collectivos.

16. A orientação mais commoda é a que proporciona uma bussola de algibeira, que faz parte do equipamento de campanha do official.

19. O official, como modelo, guia e mestre de seus soldados, deve ter aptidão para avaliar distancias pela carta, especialmente em terreno ondulado, logo que alguns trechos são invisiveis; além d'isso deve medir rapidamente pela carta durações de marchas, espaços para desdobramento e desenvolvimento, sem instrumentos (compasso, escala metrica).

20. Até que ponto o official ha de transmitir o seu proprio saber na orientação no terreno, leitura de carta e desenho de esboços, é questão de tino e de tempo. Não se martyrisem os homens com miuçalhas theoricas! O objectivo final vem a ser, que cada graduado aprenda as maneiras mais simples de orientar-se no terreno de dia e de noite, e a desenhar um esboço bem simples, conciso e claro sobre a situação de uma sentinella, um percurso de patrulha ou outro reconhecimento.

Dê-se a instrucção no exterior, em todas as estações, tambem em horas diferentes; no quartel só com o máo tempo e nesse caso em presença da *caixa de terra*, da lousa e da carta.

21. A solução de determinados themas de reconhecimento torna-se sem valor, por mais bem methodisado que seja o ensino, se o executante não se conduzir conforme

á guerra. Mesmo para o exercicio pessoal, escrevam-se sempre os resultados do trabalho em uma *folha de aviso* e cumpra-se a indicação do R. S. C. que diz: "o esboço serve para esclarecer o texto e é capaz de substituir uma descrição circumstanciada".

Exercicios desta especie devem ser effectuados por officiaes e sargentos, no quartel e no exterior, com auxilio de carta ou não. Quanto mais o executante se colloca na situação da realidade, tanto mais valioso será o seu reconhecimento, a participação respectiva e o esboço.

Nada de empregar recursos inadmittidos, por não serem conforme á guerra, por exemplo, copiar cartas topographicas; não exceder o tempo indicado ou disponivel de accôrdo com a situação tactica.

"A melhor participação não tem valor se chega tarde."

Igualmente o instructor tem o dever de formular os themas conforme á guerra, de accôrdo com a situação tactica. A missão deve ser tacticamente justificavel, sua execução deve ser effectivamente possivel pelo tempo e pela extensão. Por isso, sempre que possivel a missão deve ser dada no proprio local de onde é supposta partir; si as considerações de paz o impedirem, deverá entretanto figurar essa indicação ou participação (lugar, data e hora). Em todo o caso o ponto inicial do cumprimento da missão deve ficar no caminho do ponto origem ao objectivo; será também consignado o lugar para onde ha de ser remetida a participação se não coincidir com o marcado para a reunião e critica no fim do exercicio.

Klinger.

Guia para o ensino da tactica

Damos aos nossos camaradas a grata noticia de que já se acha no prélo, nas officinas da Imprensa Militar, a traducção brasileira do *Guia para o ensino da tactica*, obra aconselhada na primeira Carta de Griepensavel á resolução dos themas tacticos.

Elaborada pela Inspeccão Geral do Departamento da Educação e Instrução Militar e adoptada nas escolas de guerra da Allemanha, ella comprehende a tactica individual de cada uma das armas, inclusive dirigiveis e aeroplanos; o serviço em campanha, com tropas de communicação e linhas de retaguarda; e a tactica das armas combinadas, tratando detalhadamente de cada uma das formas de combate.

Além disso, a obra contem um resumo das tacticas franceza e russa, e das operações combinadas de exercito e marinha.

Não precisamos encarecer aos nossos leitores

o valor desse trabalho indispensavel a todos aquelles que se quizerem habilitar no conhecimento da doutrina tactica dos nossos regulamentos.

A traducção, feita pelos 1^{os} Tenentes B. Klinger e E. Leitão de Carvalho, vem precedida de um prefacio do General José Caetano de Faria.

Oportunamente informaremos aos camaradas o preço e o modo de aquisição desse valioso trabalho.

CROQUIS DE TIRO

A gravura junta representa um *croquis* de tiro, do modelo adoptado na "Equipe Topographica" do 1^o R. A. Para melhor esclarecimento não apresentamos a quadriculagem despidada, como está no bloco, e sim com um esboço perspectivo delineado em poucos traços. O traçado de um esboço desta natureza está ao alcance dos mais leigos em desenho, porque a quadriculagem millesimal resolve todas as difficuldades.

A linha horizontal, pontuada, indica a altura em que devem ser representados os objectos ou accidentes que se acham na linha escolhida para horizonte da perspectiva que se quer levantar. Na gravura as dimensões estão um tanto reduzidas, mas no original os pontos que formam a linha pontuada distam exactamente de dois millimetros um do outro. O mesmo acontece com as linhas verticaes pontuadas e com a linha horizontal de traços verticaes que fica na margem superior do papel.

Na distancia de 40 centimetros a grandeza angular de 2 millimetros é exactamente de cinco millesimos. Assim, desde que se colloque o papel a 40 centimetros dos olhos, a distancia entre cada dois traços da margem superior ou entre cada dois pontos das linhas pontuadas será vista sob um angulo de cinco millesimos. Nestas condições, a linha de traços é uma escala millesimal. Na linha vertical do centro está o zero desta escala, que está graduada de zero a duzentos para a esquerda e para a direita. As linhas verticaes pontuadas dividem a frente em quatro sectores de 100 millesimos cada um. Nas distancias normaes de combate o *croquis* póde pois abranger uma frente mais ou menos de 1 kilometro.

Em primeiro lugar examina-se a zona que se vai levantar, seleccionando-se as linhas de cristas e os accidentes essenciaes ao objectivo que se tem em vista, e escolhe-se em seguida a linha que deve servir de horizonte.

Na gravura, foi escolhida a linha que passa pelo telhado da Olaria, pela base da barreira e pelo frechal da casinha que fica a 110 millesimos á esquerda da chaminé da Olaria. Esta chaminé foi collocada na origem e ficou servindo de ponto de referencia para a locação dos differentes objectos a serem representados.

Agora, por meio da escala millesimal da margem superior do papel, ou de um binoculo de campanha, mede-se o afastamento angular desses objectos, não só em relação á chaminé como á linha de horizonte que ficou determinada. O paiol de polvora de Deodoro é visto a 110 millesimos á direita da chaminé e 5 millesimos acima da linha de horizonte. Estas duas coordenadas determinam exactamente a posição do paiol no *croquis*.

Procedendo do mesmo modo, locam-se todos os accidentes e objectos mais importantes. As cristas são determinadas por seus pontos principais, sem preocupação de rigor, embora seja assim muito facil traçal-as com fidelidade.

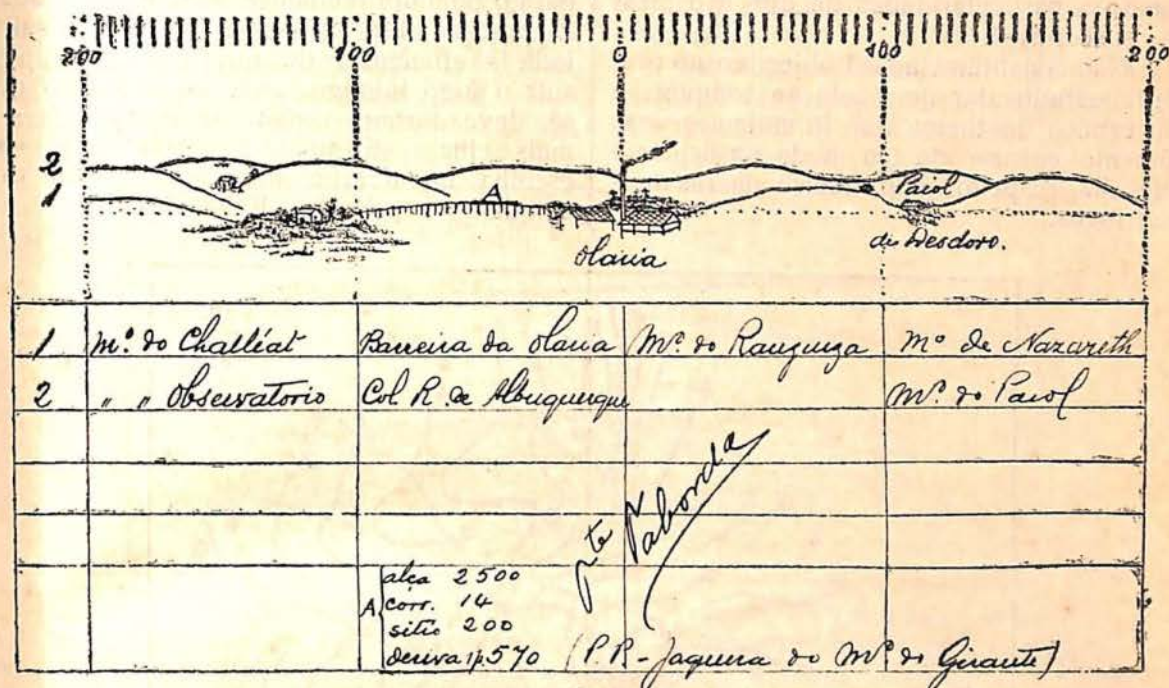
As diferentes linhas de cristas são assignaladas na columna que fica á esquerda da quadriculagem, com os numeros 1, 2, etc., a partir da mais proxima para a mais distante. Estes numeros são repetidos na mesma ordem nas casas que ficam em baixo, nesta mesma columna; na frente destes numeros, correspondendo aos diferentes sectores, são assignalados os nomes das collinas e accidentes representados no *croquis*.

Assim organizado, está o *croquis* prompto

ção que a bateria occupou para fazer esse tiro, bem como o espaço morto correspondente a essa posição e o desenfiamiento em que se achava.

Nos exercicios, um *croquis* desta natureza será um elemento importante para a critica, e num caso de combate real dispensará a regulação do tiro para qualquer bateria que da mesma posição tenha que bater um objectivo que resurja no mesmo ponto, o que trará uma economia enorme de tempo e maiores probabilidades de effeito apreciavel.

Todas as referencias, todas as ordens e communicações podem ser tornadas simples, claras e incisivas em face do *croquis*, quer durante o fogo, quer antes ou depois.



Posição ... Morro das Fitas a S.O. de M. de Gigante

Espaço morto ... 1400 ms. ... Data 25/5/16

Desenfiamiento ... (grande) ... Assig. Aspt. Marques

para servir de guia á distribuição de missões ás baterias de um grupo, podendo ser tomado para ponto de referencia um ponto qualquer do terreno, mas de preferencia o que foi collocado na origem da escala.

A bateria que tomou conta do sector que vai da olaria até 100 millesimos para e esquerda bateu, por exemplo, um objectivo A situado a 45 millesimos da origem, sobre o morro da barreira, ou por traz desse morro. Na casa inferior correspondente ao sector onde foi batido o objectivo, o commandante da bateria regista os elementos do tiro de efficacia. A alça pôde ser registada mencionando-se as duas do garfo de efficacia ou então a alça justa, quando se consiga determinar. O corrector de efficacia e o angulo de sítio serão sempre registados, e a deriva pôde ser mencionada desde que se deixe bem assignalado no terreno o logar da bateria ou de uma peça, conforme o caso.

Na parte inferior é feita a indicação da posi-

A perspectiva muda conforme o ponto de vista, mas se no *croquis* estiverem sómente representados os assumptos mais importantes da zona, desprezando-se os mais proximos e os mais afastados, ella se conservará mais ou menos a mesma para toda a frente de um grupo. Neste caso não devia ser registada a segunda linha de cristas da gravura. Em taes circumstancias um só levantamento fornecerá *croquis* para todo um grupo, desde que o operador esteja munido de papel carbonô.

O official que opera o levantamento data e assigna o *croquis* no logar indicado na gravura e o que commanda o tiro regista os elementos de tiro, a indicação da posição e lança a rubrica junto a esse registo. Se da mesma posição forem batidos os outros sectores do *croquis*, em cada sector será lançado o registo correspondente.

1º Tenente Taborda.

Aspirante João Teixeira Marques.

JOGO DA GUERRA

Resolução de uma situação particular. Fogos rasantes. Uma questão que mostra o caracter minucioso do jogo.

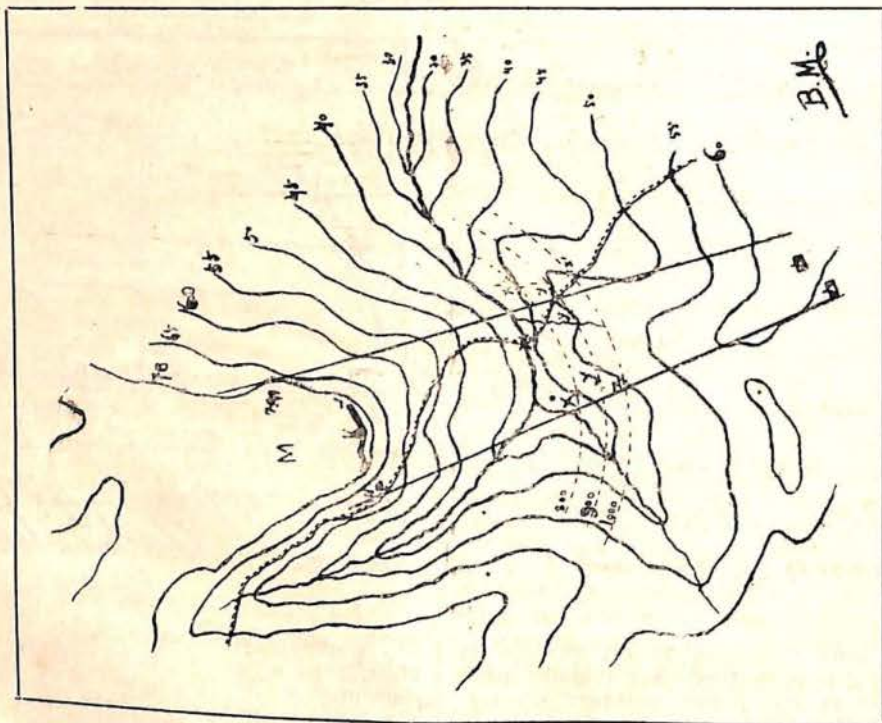
Como geralmente não se faz ainda uma idéa precisa do que é o jogo da guerra, vamos, ao lado de um ensaio substancial do que tem elle de util praticamente, deixar ligeiramente sentir, com alguns exemplos apenas, não só o seu desenvolvimento como as particularidades de que é o mesmo susceptível.

Não constituirá nosso objectivo no presente estudo dar uma solução completa a um esboço do thema que formulamos, mas sómente encarar de um modo particular o que diz respeito ao problema da rasancia dos fogos.

occupa a crista K do planalto M (1) e tem as suas reservas no mesmo planalto; o vermelho vae preparar o ataque e em seguida o assalto, dentro do sector (2) que lhe foi imposto pela situação, ás posições do azul.

Rociocina assim o commandante das forças atacantes:

Impõe-se em primeiro lugar a escolha de uma posição para iniciar o ataque, o que importa um reconhecimento. E este é indispensavel como condição fundamental para o bom aproveitamento do terreno (333). E' preciso tirar, na preparação do assalto, toda a efficiencia de que é possível possuir o fogo inimigo, ao mesmo tempo que se deve tornar o das forças atacantes o mais efficaç. E' mistér, portanto, que se escolha no terreno uma posição tal que enquanto a primeira linha de defeza es-



Para os problemas que pretendemos ensaiar vamos tomar o fuzil de 1895, isto é, o fuzil cujas trajectorias conhecemos até a distancia maxima da graduação das alças, e vamos ver como sobre o plano de uma carta se resolve o problema da rasancia dos fogos.

I

Supponhamos dois partidos em presença e com a seguinte situação: O azul

teja sendo dominada por uma parte das forças atacantes, não seja mais possível, sinão a custa de enormes sacrificios, o auxilio de reservas vindas em seu socorro. O principal aqui, pois, é saber como aproveitar também contra o escalonamento do inimigo em profundidade os fogos que

(1) Ver o croquis junto.

(2) O sector é limitado: á esquerda pela casa N e á direita pelo barranco á direita da cota 7,09.

concorrem para dominar a sua primeira linha de defeza.

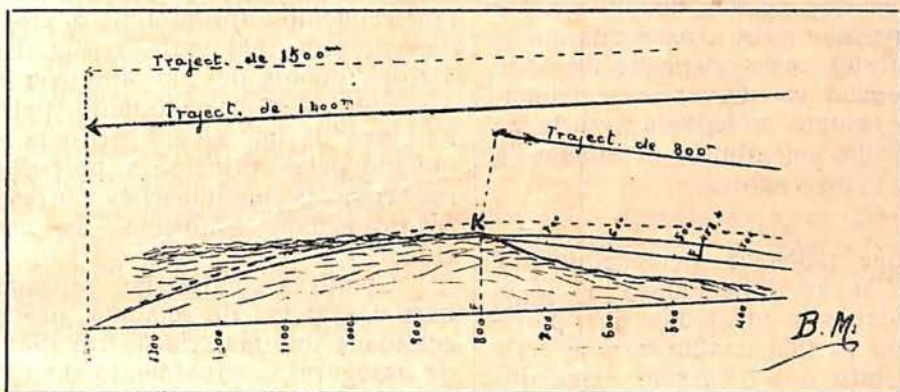
O reconhecimento sobre a carta permite constatar que o terreno occupado pelo inimigo é um planalto; sua primeira linha de defeza está francamente voltada para o sector que me foi imposto, não me sendo possível, em face de sua direcção e seu desenvolvimento, apanhal-a de flanco; o ataque tem que se pronunciar em um nível inferior.

Para atacar o inimigo em tal situação eu preciso dividir as minhas forças. Com uma parte que julgo sufficiente procuro dominal-o pelo fogo — condição preliminar para o avanço de fracções (364) — enquanto a outra eu a farei approximar-se do inimigo pelos fogos da primeira.

as de 45 e 50, estando os ditos pontos a 800, 900 e 1000 metros. Se pois eu resolvo abrir o fogo com a differença de nível de 25 m. ($70 - 45 = 25$), o unico ponto que resolve a questão é X.

Procurando nas tabellas, vê-se que a flexa de 23,68, a mais proxima de 25, corresponde uma abscissa de 800. Se K é então o centro da defeza, basta que os fuzis abram o fogo de um ponto da curva 45 dentro do sector, distante 800 m. de K. O ponto X é pois o que permite, da curva 45, cobrir o planalto com os fogos de maior efficacia (3).

Tal era a solução que daria o commandante das forças encarregadas do ataque no sector N — barrancos.



E como conseguirei aproveitar sobre as reservas inimigas os fogos lançados sobre sua primeira linha?

Recorrendo ás qualidades balísticas dos fuzis.

Para razar terrenos horizontaes de um nível superior é preciso collocar os fuzis a uma distancia tal da crista K (ponto este centro da linha de defeza) que as porções de trajetórias que ficam sobre o terreno sejam sensivelmente horizontaes. Ora, o elemento de trajetória que é horizontal é o do vertice, e como ao vertice corresponde a ordenada maxima, que no caso presente é a differença de nível entre o ataque e a defeza, deve-se procurar nas tabellas qual a abscissa que corresponde a uma ordenada maxima igual á differença de nível.

Mas, se por um lado entre o ataque e a defeza deve haver uma differença de nível minima, por outra, o fogo não deve ser aberto de uma *grande distancia*. Ora, as unicas curvas que têm pontos dentro do sector a menos de 1000 m. de K são

Como é facil ver do presente estudo, tivemos oportunidade de citar alguns trechos dos nossos regulamentos; fizemos applicações de alguns elementos balísticos e maneámos uma carta.

Ora, só o facto de se haver feito applicações de regulamentos é, praticamente, de grande valor. Incontestavelmente este é um meio muito suave de fazer applicações.

Não quer dizer que na guerra se procede assim, tal qual fizemos; não haveria maior absurdo, principalmente onde não ha cartas, do que resolver com o compasso, o transferidor e uma regua, um combate entre duas infantarias. Não é isto. Trata-se no jogo da guerra é do ensino da redacção das ordens, do facil manejo de unidades em varias situações, do habito de tomar resoluções rapidas, de acompanhar com os regulamentos, isto é, com a doutrina,

(3) Os fuzis devem ser apontados para a crista K e as alças ter a gradação 800. Com o compasso e abertura igual a 800 faz-se centro em K e descreve-se o circulo X X'. O ponto X é o que resolve o problema.

todas as phases de um desenvolvimento tactico, de sentir muitas das necessidades de forças em operações, de habituar a cada um de nós ao aproveitamento que uma carta póde proporcionar, etc. Entretanto o jogo seria incompleto se não tivesse o emprego de todas as particularidades que elle comporta. Occasiões ha, por exemplo, em que é quasi impossivel dizer qual dos dois partido sem presença é o vencedor. Nestes momentos em que a lucta se manifesta assim, indecisa quasi, é commum appellar-se para a sorte dos dados, quando não intervem com mais um factor para a decisão o permittido arbitrio do director. E embora na propria guerra a indecisa seja a cada passo *encontrada*, no jogo da guerra é sempre possivel descobrir um factor que resolva definitivamente a qual dos partidos cabe a preponderancia. A decisão, nestes casos, depende da habilidade do director em descobrir semelhantes recursos, sempre preferiveis á sorte de um par de dados ou arbitrio. A efficiencia do fogo é um dos factores.

*
**

Agora que todos já perceberam até onde podem ir as difficuldades do jogo, as minuciosidades a que todos nós podemos ser numa partida conduzidos, a serie de conhecimentos que o mesmo exige dos que manobram sobre as cartas, não é mais licito pôr em duvida a importancia que tem tal recurso como methodo de ensino. E se o simples problema apresentado mostra perfeitamente que o jogo da guerra não é apenas curioso, elle nos diz tambem que já é tempo de enxergarmos na agreste physionomia dos trabalhos de tiro, alguma coisa mais, além daquillo que na desordenada apparencia de seu numero, technicamente traduzem.

(Continúa)

Barbosa Monteiro.

O cavallo de guerra

Do livro "Das Armeepferd"
do general de cavallaria F. v.
Dammitz, ex-inspector da re-
monta prussiana.

(Conclusão)

O aprovisionamento do exercito em cavallos chama-se remonta. Em geral entende-se por ella a aquisição regular dos cavallos para substituir os que têm baixa

pelo consumo regular, mas a remonta tambem comprehende o supprimento de cavallos em casos especiaes, para augmento do exercito, provimento de expedições, etc. Accresce ainda em caso de guerra, para attender á necessidade então muito maior, a aquisição por via obrigatoria e, em paiz inimigo, a requisição. Estas duas ultimas especies de remonta ficarão para outra occasião.

O serviço de remonta, dirigido por um inspector da remonta, directamente subordinado á administração do exercito ou a ella pertencente, não é o mesmo em todos os paizes.

Na Allemanha — O systema allemão consiste na compra dos cavallos aos tres annos de idade, seu internamento em estabelecimentos apropriados a criá-los — os depositos de remonta — e sua distribuição á tropa depois de um anno ou 15 mezes.

Este systema adoptado pela Prussia ha cerca de um seculo foi pouco a pouco imitado pelas principaes potencias militares, com as modificações correspondentes ás respectivas condições da criação nacional.

Como as coudelarias prussianas, tambem o systema de remonta nasceu da necessidade de uma criação cavallar nacional, de assegurar o provimento do exercito no proprio paiz, e sua origem data do governo de Frederico Guilherme II e III.

Ainda no reinado de Frederico, o Grande, os regimentos se remontavam quasi sem excepção pela compra directa no estrangeiro. Em geral, eram intermediarios que arrebanhavam os cavallos e a tropa mandava buscá-los em determinados logares. Não admira que, dadas as difficuldades viarias e politicas de então, as escoltas dessas cavalladas muitas vezes tivessem que viajar mezes e mezes e finalmente chegassem a destino com numerosas baixas na remonta.

Considerando ainda quão grandes sommas de dinheiro imigravam por esse processo para fóra do paiz, é de estranhar que o Grande Rei não dedicasse tambem á criação cavallar nacional o seu cuidadoso descortino, applicado a tantos outros dominios da vida do Estado.

Em fins do seculo XVIII, quando após a fundação das coudelarias, a criação dos camponezes prussianos começava a se erguer, iniciou-se a aquisição da remonta no proprio paiz. Ao mesmo tempo come-

cou-se a comprar os cavallos não mais por intermediarios, mas directamente dos criadores, por meio de uma commissão, e depois a distribui-los aos regimentos. Só depois das guerras de 1813-15 é que o novo systema de remonta tomou feição duravel e tornando-se o meio mais efficaz para o levantamento da criação nacional, com elle o exercito descobriu a fonte de onde elle proprio de então em diante passava a haurir cada vez mais. Desde 1831 a remonta do exercito prussiano foi feita exclusivamente no paiz.

A principio compravam-se os cavallos no outomno, mas para evitar suas marchas com as escoltas na estação mais dura, passou-se a compral-os no verão, na idade de 4 a 5 annos. Comtudo, com o tempo e em falta de taes cavallos adultos, cuja obtenção acarreta mais perdas, trabalhos e despesas do que a de cavallos mais novos, foi-se forçado a tambem compral-os de tres annos, o que convinha por certo ao criador, mas não aos regimentos. Dahi um novo aperfeiçoamento do systema para o seu estado actual, passando-se a comprar os cavallos sempre aos tres annos, continuando sua criação durante um anno em depositos estabelecidos em fazendas nacionaes, e só então distribuindo-os aos regimentos.

O primeiro deposito deste genero foi fundado em 1821 em Neuhoft bei Treptow e em poucos annos surgiu uma série de outros, pois logo se verificou que tanto a criação nacional como o exercito dahi tiravam grandes vantagens. Os criadores, porque mais cedo desembaraçados de suas crias podiam recommear antes, pois que o estado assumia os trabalhos de tratá-las durante o quarto anno; o exercito, porque recebia cavallhada por elle mesmo convenientemente affeiçãoada e ainda não trabalhada prematuramente.

Hoje a Prussia possui 18 depositos de remonta, a Baviera 5, a Saxonia 3 e o Württemberg um. Com poucas excepções todos acham-se em fazendas nacionaes, ligados á agricultura de grande estylo, produzindo sobretudo a forragem necessaria, cereaes, etc.

A lotação de cada deposito depende de sua producção de forragem: o menor, Hardebek no Holstein, tem 250 remontas, o maior Jurgaitschen na P. Oriental, tem cerca de mil. Na primavera, antes da distribuição dos cavallos comprados no anno

anterior, a lotação augmenta com a nova remonta.

A compra das remontas tem logar annualmente de fins de Abril a fins de Agosto. Os órgãos dessa funcção importante e cheia de responsabilidade, que devem possuir seguro golpe de vista para o conhecimento de cavallos e entendimento das necessidades do exercito e das condições da criação nacional, são as *commissões de remonta*; existem 5 na Prussia, 1 na Baviera, 1 na Saxonia, 1 no Württemberg, cada uma constituida de um capitão ou major de cavallaria como chefe responsavel unico, dois subalternos de cavallaria ou artilharia e um veterinario.

Essas commissões se reúnem annualmente no começo da compra e ao terminal-a se dissolvem, pois só os presidentes têm cargo permanente, sendo os demais membros designados da tropa só para a duração da compra. As commissões percorrem seus districtos de compra durante os quatro citados mezes para examinarem as feiras publicas nas cidades e aldeias por ellas designadas com grande antecendencia, ás vezes as chamadas feiras são privadas de grandes criadores, notoriamente bons.

Liga-se muita importancia á descendencia dos cavallos e aos seus attestados, pagando-se em regra melhor um cavallo de boa descendencia do que um de igual apparencia, mas sem attestados. Em média são comprados 45 a 50 % dos cavallos postos na feira; o custo médio era em 1909 de 1065 marcos.

O mecanismo duma *feira de remonta* é mais ou menos o seguinte: dos cavallos apresentados escolhem-se primeiramente os que parecem aproveitaveis; estes em seguida são examinados detalhadamente quanto á andadura e á respiração e levados "em circulo"; os que resistem a esta segunda prova vão á medição e ao exame da vista na camara de inspecção. Achaço prestavel o cavallo, sob todos os pontos e accedendo o presidente ao preço pedido pelo vendedor ou acceitando este o offerecido por aquelle, portanto, fechada a compra, o cavallo recebe na taboa esquerda do pescoço a marca a fogo do anno da remonta e um numero no cabresto, igual ao numero do livro em que é lançada a resenha completa, o preço, a descendencia, a procedencia e a classe provisoria. Então o cavallo é entregue ao destacamento de

conducção de remontas afim de leval-o ao deposito; se este for perto da feira o proprietario é quem lá o entrega. Só alguns poucos cavallos adultos, por exemplo, os cavallos pesados de tracção, para a artilharia pesada, vão da feira directamente para a tropa.

A lei estabelece determinados defeitos capitaes, que, apparecendo dentro de determinado praso annullam a compra, correndo as despesas da restituição por conta do vendedor.

As remontas ficam no deposito até ao verão seguinte. Nesse periodo, graças á alimentação adequada, ao trato e estadia ao ar livre, bem como movimentação methodica, devem desenvolver-se seus ossos e musculos e progredir o seu crescimento. Em média as remontas crescem 4 cm. durante sua estadia nos depositos.

O pessoal do deposito destinado a cuidar das remontas, subordinado ao administrador, compõe-se de veterinarios, mestres-forrageadores, em geral ex-primeiros-sargentos de armas montadas, e os peões.

Além da alimentação de grão, liga-se muita importancia á ração abundante de bom feno e a administração dos depositos de remonta prussianos, todos tidos como estabelecimentos-modelos, emprega grandes sommas para melhorar os prados e varzeas e ennobrecer o pasto, sommas que se fazem largamente pagas pelo quantidade e qualidade da produção.

O quadro que apresentam esses depositos é em geral bem attrahente. Deixando a descripção topographica, vejamos o modo de vida das remontas. N'uma grande área central do deposito ficam as *mangueiras* onde os cavallos permanecem em liberdade durante o dia, quando faz bom tempo, sob as vistas do mestre-forrageador e alguns peões.

Além disto existem *pistas de passeio* onde diariamente durante algum tempo, peões a cavallo fazem andar as remontas o passo, trote e galope. A' noite ellas são abrigadas em grupos de 15 a 20 nas espaçosas baias, onde podem mover-se livremente.

As mangueiras ficam junto ás baias, de modo que facilmente os animaes pas-sam de umas ás outras; possuem grandes bebedouros e onde o chão não é arenoso, ellas são calçadas de pedra, de modo que não se tornam empantanadas.

As mangueiras, calçadas e cobertas de uma leve camada de areia, muito convêm ao casco das remontas.

As pistas de passeio têm a forma annular, com o desenvolvimento de 750 a 1000 m., comprehendendo uma mangueira central ou um alpendre para abrigo da cavallhada; a largura da pista é de 10 a 12 m., de modo que bastam 4 homens, 2 na ponta e 2 na cauda, para fazer mover 80 a 100 cavallos. Em geral, essas pistas são ligadas a uma das mangueiras por um corredor. Basta tocar os cavallos uma vez para a pista para que elles depressa percebam de que se trata; logo mostram a necessaria disciplina, que raramente precisa ser sancionada, nos mais ardegos, por um opportuno estalo do chicote de um dos peões.

A distribuição das remontas ás tropas tem lugar principalmente em Junho do anno seguinte ao da compra. A Baviera só as distribue em Outubro, depois das manobras.

O inspector das remontas as inspeciona duas vezes, as divide por armas e classes e elimina as que se inutilisaram por molestia ou se retardaram no crescimento. Baseado nessas inspecções as tropas são scientificadas da data e do lugar em que devem mandar buscar sua remonta.

A quota da remonta decorre de um coefficiente deduzido por experiencia do consumo annual, e é de um decimo do effectivo na cavallaria, um nono na artilharia, um doze-avos no trem, em média, portanto, um decimo, o que corresponde a um tempo de serviço médio do cavallo igual a dez annos.

Na tropa a remonta fica a principio separada e alimentada extraordinariamente, até que depois dos exercicios de outomno vá occupar as vezes dos cavallos excluidos por imprestaveis. Então começa o seu preparo hippico, que se conclue no verão do segundo anno seguinte.

Na Austria — Aqui como na França faz relativamente pouco que está em vigor o systema allemão; em ambos os paizes continua além disso a funcção em maior ou menor escala o systema de fornecer os cavallos á tropa directamente após a compra. Na Austria ainda em 1896 era este o unico systema usado. Aqui o tempo médio de serviço do cavallo é de 8 annos.

Actualmente compram-se cerca de 3000 cavallos por anno de fins de Abril a fins

de Maio, na idade de tres annos e deixa-se-os um anno, em depositos. Os demais cavallos são comprados com a idade de quatro annos e directamente entregues á tropa. Aquelles são comprados directamente dos criadores; estes, em geral, de intermediarios.

A compra das remontas na Austria-Hungria está nas mãos das Commissões de Remonta, em numero de sete. O Honved e a cavallaria da Landwehr têm seus órgãos proprios de compra, e os seus cavallos uma vez adestrados são distribuidos a particulares (agricultores) para uso e trato. Existem só cinco depositos de remonta estabelecidos em grandes fazendas arrendadas e servidas como as coudelarias austriacas, por pessoal militar. São inteiramente separados dos depositos os estabelecimentos agricolas destinados á obtenção da forragem para as remontas.

Os cavallos passam o dia, no verão e no outomno, em poteiros cercados, á noite em grandes cavallariças bem arejadas; sendo o calor forte também pernoitam ao relento, onde se lhes prepara cama. Emquanto dura o pasto verde não se lhes dá grão; a partir do outomno recebem aveia e feno em abundancia. Durante o inverno assegura-se o necessario movimento das remontas como na Allemanha, em pistas de passeio, etc.

A distribuição tem lugar após um anno, em Maio; cada regimento recebe no deposito um terço da sua remonta, os demais directamente após a compra.

Como na Austria não se faz distincção entre cavallaria ligeira e pesada, veem-se nos regimentos cavallos de todos os tamanhos, do couraceiro ao hussar segundo a noção allemã.

Em comparação com os regimentos allemães, os austriacos recebem uma quota de remonta mui forte: um regimento de seis esquadrões recebe annualmente 180 remontas. Depois de um anno de trabalho, um terço é entregue a particulares (agricultores) para uso e trato, e na paz só são chamados a exercicio na tropa durante algumas semanas, para os serviços de outomno. Fóra disto o particular póde empregar-os no trabalho e depois de cinco annos torna-se seu proprietario.

Assim se pretende assegurar uma farta reserva de cavallos de guerra, trabalhados; entretanto ha uma forte corrente de opinião, de que esse systema prejudica a

criação nacional, pois muitos particulares em lugar de criarem tornam-se tratadores de cavallos militares de linha, da Landwehr ou do Honved.

A *Inglatterra* também ultimamente experimentou o processo de entregar cavallos do exercito a fazendeiros, para uso e trato, sem idemnisação, sob a condição de serem immediatamente entregues ao respectivo corpo em caso de mobilisação e ficarem á disposição da autoridade militar durante algumas semanas, annualmente, para exercicios.

Na França — Aqui se conhecem os depositos de remonta desde 1881; sua introdução acompanhou a reorganisação da criação cavallar nacional, realisada pouco após a guerra de 1870. Semelhante ao systema allemão em suas linhas geraes, d'elle differe em pontos essenciaes como o da compra. Os órgãos da compra são os proprios depositos, ao passo que o trato da cavallada comprada compete aos annexos dos depositos. Ambos os órgãos, 16 depositos e 20 annexos, são constituídos de pessoal militar designado dos regimentos de cavallaria e artilharia. O paiz é dividido em dois districtos de remonta, o de Caen ao N. e o de Tarbes ao S. Cada deposito tem a sua zona de compra exclusiva.

As compras têm lugar no periodo das viagens, de Julho a Fevereiro, bem como todo o anno no deposito. Cada deposito contitue uma commissão de compra, tendo dois membros permanentes, o commandante do deposito como presidente, um official de compra, ambos capitães de cavallaria, e mais um veterinario, ás vezes mais outro official de compra.

Os cavallos são comprados desde logo, mas separados por classes e edades: os cavallos de officiaes, os da cavallaria e outros, depois de tres annos completos em Outubro, os mais, depois de quatro annos, completos em Janeiro. Como em geral, os cavallos nascem na primavera, os da primeira categoria têm tres annos e meio por occasião da compra. A maior idade admittida é a de oito annos. Os puros-sangue compram-se desde Novembro, na idade de dois annos e meio.

A compra não se decide como no systema allemão, em que o presidente é o unico responsavel; ha aqui uma votação e decide a maioria, mas o voto do presidente basta para fazer recusar um cavallo.

O preço também é fixado mais burocraticamente: pela média das avaliações secretas de cada membro, que não devem exceder o pedido do vendedor, previamente consultado.

O modo de vida das remontas nos annexos dos depositos é identico ao dos depositos allemães. Os cavallos distribuidos á tropa têm em média a idade de cinco annos; a tropa ainda os poupa muito e só após a idade de seis annos é que podem ser levados aos exercicios de outomno; só se considera o cavallo como inteiramente prompto e capaz do serviço aos oito annos. A média do tempo de serviço é de oito annos e um terço.

Os cavallos que se tornarem inaptos são excluidos de uma vez, em época certa, mas individualmente a qualquer tempo.

Nota sobre millesimo

O grande entusiasmo dos nossos artilheiros pela goniometria do tiro rapido tem dado logar a uma tendencia para transformar-se o goniometro de alça, instrumento de artilharia, em instrumento topographico. O gosto, aliás muito louvavel, pelas applicações, faz esquecer as approximações dadas pelo instrumento de pontaria com o qual alguns pretendem resolver questões que sómente comapparelhos de muita precisão e não com pequena demora seriam satisfactoriamente resolvidos.

Ora, todas as vezes que tomarmos o arco pela corda ou vice-versa em angulos acima de um certo valor, commetteremos erros tão graves que nos obrigam a recommençar a operação por outro modo o que, sobre ser improducente, acarreta as peiores consequencias para a bateria que tiver de agir immediatamente.

Encontro nas minhas notas sobre o "millesimo", o seguinte:

Nos angulos até 18° pode-se, sem erro sensivel, tomar a corda pelo arco.

Da figura tiramos:

$$\frac{\widehat{DC}}{\bar{n} R} = \frac{18^\circ}{180^\circ} \quad \text{donde:}$$

$$\widehat{DC} = \frac{\bar{n} R \times 18}{180} = \frac{\bar{n} R \times 18 \times 10}{180 \times 10} = \frac{\bar{n} R}{10}$$

$$\widehat{DC} = \frac{3.1416 \times R}{10} = 0.31416 \times R \dots (1)$$

No triangulo OED temos:

$$\frac{DC}{2} = DE = R \sin 9^\circ$$

$$DC = 2 R \sin 9^\circ$$

donde, substituindo
sen $9^\circ = 0.15643$

temos:

$$DC = 0.31286 \times R \dots (2)$$

Subtrahindo (2) de (1), vem:

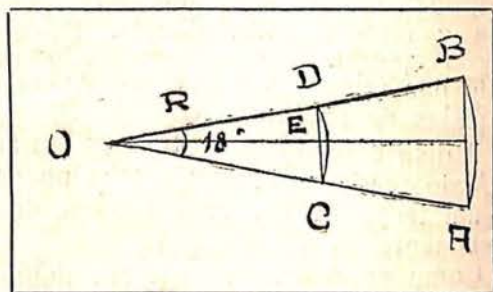
$$\widehat{DC} - \overline{DC} = 0.0013 \times R.$$

Suppondo, agora, $OA = R = 2000^m$ e tomando a corda AB pelo arco AB , commetteremos um erro igual a $2^m,6$ que é muito pequeno relativamente á corda AB .

Com effeito:

$$\overline{AB} = 2 \times OA \cdot \sin 9^\circ = 625^m,72$$

Convem tambem não esquecermos que, quando avaliamos um afastamento angular com o millesimo, exprimimos o valor do angulo por uma extensão que não é a tangente do arco, mas sim o valor deste arco. Como os angulos não são proporcionaes ás suas tangentes, só se pode tomar a tangente do arco pelo valor do angulo expresso em millesimos, sem commetter graves erros, até os angulos de 300 millesimos.



Um angulo de 45°, por exemplo, que é registrado no prato do goniometro em 8 (800 millesimos) tem uma tangente cujo valor é de 1000 millesimos. Erro assim tão grande poderá ser muito attenuado fazendo-se a avaliação do angulo por justaposição, como se faz quando se opera com o binoculo ou por um meio expedito qualquer, como reguas, dedos, mão, etc.

Capitão *Parga Rodrigues*.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Agradecemos o offerecimento que nos fez o Sr. Capitão Luiz Mariano Pereira de Andrade, de uma brochura contendo as conferencias feitas por esse official e pelo Sr. Capitão M. B. Castro e Silva, na Escola do Estado Maior, sobre o *armamento actual da infantaria e artilharia de costa*.

Criticas de Manobras no Exercito Allemão

Do Memorial del Estado Mayor del Exercito de Chile, n. de Fevereiro de 1914 extrahimos o seguinte:

O complemento ás criticas oraes effectuadas no terreno immediatamente após cada manobra é constituído pelas «Observações geraes» que, confeccionadas pelo Commando do Corpo de Exercito, se dão a conhecer mezes depois, antes das manobras seguintes.

Embora não possuindo as cartas nem conhecendo os detalhes das manobras, o conhecimento d'essas «Observações» tem dupla utilidade: mostra-nos como são pautados esses trabalhos e como se interpretam certos principios tacticos e preceitos relativos a planos de manobras. Diz o Cdte. do VII C. Ex.:

Planos de manobras e direcção

Reconheço que houve esforços para simplificar os planos de manobras, segundo minhas instrucções de 6-3-11. Si ainda não se logrou completo exito em apresentar a situação conforme á guerra, deve-se isso principalmente ás causas que aponto.

Varias vezes produziu-se embaraço nas idéas porque se confundiram n'uma mesma ordem as medidas relativas ás operações com as medidas restrictivas impostas pela paz. Tomo um exemplo ao acaso: Uma ordem, formando a base para as operações de um dia de manobras, estabelece que um corpo de exercito victorioso e em perseguição do adversario passa ao repouso ao cair da noite e deve continuar a perseguição do inimigo batido no dia seguinte ás 10.

Aqui se exprimiu um principio falso. Teria sido melhor dispôr nessa ordem que a perseguição continuaria ao romper do dia, e numa nota expôr-se-iam as restricções impostas pela paz e que o movimento só continuaria ás 10.

Numa outra situação se faz perseguir o inimigo derrotado sómente por patrulhas. Este é um erro grave que não deve servir de base para um exercicio.

Referente ao que se deve entender por situação geral de guerra ha um conceito pouco claro. D'uma feita deu-se por situação geral de guerra para os azues: continuação do dia 11 de Setembro; e para os vermelhos identicamente.

Por uma revisão mais attenta de algumas situações de guerra ter-se-ia podido encurtal-as consideravelmente; muitas faltas de clareza e de orthographia ter-se-iam evitado.

Si os partidos figuram como destacamentos lateraes, é mister que do terreno, da situação, etc. se infira a necessidade de expedir taes destacamentos. A miudo tive a impressão de que sua expedição tinha só por objecto executar combates parciaes, sem ligação com a decisão principal. Isso não é conforme á guerra. Si os partidos combatem estreitamente ligados a destacamentos vizinhos figurados, é preciso que a ala d'esse destacamento figurado, visinha da ala do destacamento que faz a manobra, seja representada por infantaria e artilharia. Quando tal representação não se faz, sabe-se por experiencia, os chefes de partido esquecem a existencia do destacamento figurado, omissão que dá lugar a hypotheses de todo impossiveis.

Imitar a imagem da guerra por meio de medidas conformes á sua natureza, tanto quanto seja possivel na paz, é o fim primordial das manobras.

As considerações relativas á paz têm sido, em parte, levadas muito longe pela Direcção das manobras. Quando uma mesma situação de guerra se estende a varios dias, uma grande parte das valor das manobras fica perdida si os partidos marcham do campo de batalha aos seus acantonamentos, conforme á paz, sem objectivo de perseguição ou de retirada, sem constatar conforme á guerra a permanencia do adversario e sem instalar postos avançados.

Emquanto durar o combate as armas montadas não devem partir dos acantonamentos por amor de seus cavallos.

Si os acantonamentos de urgencia tomam o character de bivac é preciso, n'uma situação de guerra continuada, que a manhã seguinte comece onde o dia precedente cessou.

Nas situações de guerra faltavam em parte as bases para a primeira instalação dos postos avançados, cujos cdtes. eram então influenciados pela situação de guerra para o dia seguinte, que elles evidentemente conheciam.

Em parte, fez-se um jogo incomprehensivel com o tempo, de maneira que operações difficeis propostas para a noite, eram executadas de dia, por considerações de paz. Esse procedimento dá origem a opiniões de todo falsas e prejudiciaes, sobretudo aos officiaes jovens, e ao mesmo tempo dá lugar a refinamentos phantasticos que a guerra não conhece.

Se a Direcção faz apparecer tropas novas, ellas devem ser representadas, ao menos por bandeiras, e devem approximar-se quanto seja necessario para que sua preeença possa ser constatada e o cdte. de destacamento não seja por ellas influido demasiado tarde em suas resoluções.

Commandos de destacamentos e combates

Ao iniciar um combate é preciso não deixar duvida quando cessam as funções da vanguarda.

Se os postos avançados de ambos os partidos estão muito proximos, em frente uns dos outros, e em tal situação é preciso marchar adeante, isto é, o combate é esperado immediatamente após a partida, não ha razão de ser para a divisão em vanguarda e grosso. Mas a cortina dos postos avançados poderá ser utilizada muitas vezes para fazer o desdobramento antes de partir.

Eu prohibo que se determinem missões de combate baseando-as em localidades em lugar de referil-as ao inimigo, isto é, deve-se indicar a missão que se deseja ver cumprida em vez de ordenar um movimento cujo resultado seja o cumprimento d'essa missão. Exemplo: «conservar a altura tal» em lugar de, como é melhor, «assegurar o flanco direito».

Apezar da situação muitas vezes exigir uma perseguição energica, o pensamento de effectual-a não está expresso nos relatorios. Partidos victoriosos ficam sempre no sitio de combate e deixam partir o adversario sem incomodal-o. E' preciso aqui separar rigorosamente a paz da guerra. Si a situação o exige, o cdte. de partido deve absolutamente ordenar a perseguição, e dictar todas as ordens necessarias para sua execução. Si não convem á Direcção que ella se execute, deve então deter o movimento, intervindo por meio de ordens que a consideração da paz impõe.

Quando se faz referencia ao ataque ou á perseguição, eu recomendo que não se empregue a palavra *energicamente*, para não fazer nascer a

déa de que taes acções possam effectuar se de outra maneira.

Em alguns relatorios encontrei idéas muito obscuras sobre o ataque a posições fortificadas. Uma divisão de infantaria, a qual pertencia a tropa que manobrava, encontrou depois de meio dia um inimigo entrincheirado e resolveu atacá-lo. A infantaria em vez de ficar desenvolvida deante do inimigo, de armas na mão, em vez de ficar com a «ração de ferro», em vez de aproveitar a escuridão para approximar-se, bivacou a mais ou menos 200 metros, fez trazer seus trens regimentaes, cozinhas, reunindo-se tudo isso debaixo do fogo da artilharia inimiga. A artilharia pesada do assaltante ainda mudou de posição ás 6,30 da tarde, o que quer dizer que ficou incapaz de executar um fogo bem apontado e repartido durante a noite... Recommendo o estudo do R. E. S., ns. 375 e 391.

O proposito do chefe deve ser claramente exposto na ordem e dado a conhecer á tropa. Uma ordem de ataque que mande «avançar de vagar» ou diga «a vanguarda ocupe a altura tal, o grosso marche até tal ponto» deixa a tropa na incerteza do que o chefe quer.

Postos avançados

Recommendo as minhas observações do anno passado. Os postos avançados foram estabelecidos muito schematicamente, sem amoldar-se á situação. Sua instalação segundo um plano predeterminado, depois de um combate decisivo, segundo o mesmo modelo para vencedor e vencido, é inconcebível na guerra. Em geral, o vencedor pôde servir-se de formas mais simples que o vencido.

As considerações pela cavallaria não devem ser levadas tão longe que os postos avançados fiquem inteiramente della desprovidos; postos avançados sem patrulhas não têm valor algum e dão margem a falsas concepções.

Tendo sido os batalhões que deviam cobrir os postos avançados designados para esse serviço antes do começo da manobra, produziram-se factos muito contrários á natureza das coisas.

Eu recomendo, especialmente quando tudo bivaca, destinar para tal serviço a fracção de tropa que por seu agrupamento momentaneo entre em consideração em primeira linha. Se d'ahi resultar que toque a um batalhão mais frequentemente que a outros o serviço de postos avançados, isso tem pouca importancia; o principal é que o desenvolvimento natural dos postos avançados na situação de combate, seja logico, convincente.

Participações

Desgraçadamente tenho que constatar que as participações dos inferiores muitas vezes foram escriptas mais distinctamente e mais conforme o regulamento do que as dos officiaes. Na paz, os nomes dos officiaes participantes são conhecidos, e o posto abaixo do nome pode ser omitido sem prejuizo da clareza; mas nós queremos exercitar-nos para a guerra, e ahi os nomes são desconhecidos aos chefes, de modo que é de importancia escrever o posto além do nome.

Eu recomendo aos cdtes, de regimento que tenham cuidado para que os officiaes que redigirem relatorios ou participações se cinjam rigorosamente ás formas prescriptas pelo Regulamento do Serviço de Campanha.

PUBLICAÇÕES DO MINISTERIO DA GUERRA A VENDA NO DEPARTAMENTO CENTRAL

(Aviso n. 1 de 11 de Janeiro de 1916)

Preço

Instrucções para o serviço dos canhões Krupp 15 cm c/40 T. R., traduzidas e annotadas pelo major Achilles Velloso Pederneiras....	\$300
Instrucções provisórias para o serviço do canhão Krupp 7,5 c/28 T. R. pela Direcção Geral de Artilharia (1907).....	\$300
Descrição, nomenclatura e instrucção do material de campanha Krupp 7,5 c/28 T. R. pela Comissão Technica Militar Consultiva (1901).....	\$400
Nomenclatura do canhão de campanha Krupp 7,5 c/28 T. R. pela Direcção Geral de Artilharia (1907).....	\$500
Instrucções sobre o canhão Krupp 7,5 c/28 T. R. e respectivo material, traduzidas e annotadas pelo tenente-coronel Jorge dos Santos Almeida.....	\$500
Regulamento de tiro para a Artilharia de campanha Krupp 7,5 c/28 T. R. pelo capitão M. B. Castro e Silva (1911).....	\$400
Complemento do regulamento de tiro da artilharia de campanha Krupp 7,5 c/28 T. R. pelo capitão M. B. de Castro e Silva (1911).....	\$400
Curso elementar de tiro, pelo major Borges Fortes (4 volumes)....	2\$000
Regulamento de tiro para metralhadora Maxim m. 1908.....	\$800
Projecto de regulamento para o serviço dos canhões Schneider-Canet 150. c/50, do forte de Santos pelo cap. Mario da S. Netto. 1\$000	
Regulamento para instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa do exercito.....	1\$000

Para a aquisição destas publicações, interessados nesta Capital deverão se dirigir á 3ª Divisão do Departamento Central, ao Intendente; os de fóra desta Capital deverão os pedidos ao Chefe do Departamento, acompanhados da importancia da publicação, seu porte e registro.

Capitão Intendente Antonio Monteiro Meira

EXPEDIENTE

De ora em diante as assignaturas correm em qualquer época, mas terminarão sempre em março ou setembro, ficando assim os semestres de assignatura coincidindo com os tres e annos de vida da revista.

*

Os extravios causados por falta de publicação oportuna das mudanças de endereço correm por conta do assignante.

Representantes da "A Defeza Nacional"

«O grupo mantenedor da *A Defeza Nacional* reconhece em seus representantes junto aos corpos de tropa, repartições e estabelecimentos militares, muito equivalente ao de seus collaboradores litterarios e o caracter de verdadeiros propagandistas da causa deste órgão, synthetisada em seu titulo.»
1 da Circular n. 6, de 24-5-915.)

No Rio de Janeiro

1.º Tte E. Leitão de Carvalho.	1.º R. Cav. — Capitão Jerony no Furtado.
M. — 1.º Tte Arnaldo D. Vieira.	13.º R. Cav. — 2.º Tte Simas Enéas.
— Cap. J. A. Coelho Ramalho.	1.º E. Trem — Aspirante Manoel A. C. Batalha.
— Cap. M. H. da Costa Santos.	1.º R. A. — 1.º Tte Manoel de B. Lins.
— 1.º Tte A. C. Pitta.	20.º G. Art. —
— Coronel Principe.	1.º Bat. Art. — 1.º Tte Manoel M. Ribeiro.
— 2.º Tte Columbano Pereira.	2.º Bat. Art. — 1.º Tte Octaviano Leão.
— 1.º Tte A. G. de Souza Mendes.	3.º G. Ob. — 2.º Tte Raul de Vasconcellos.
C. — 1.º Tte O. Villa Bella e Silva.	Copacabana — 1.º Tte F. J. Pinto.
I. — 1.º Tte Jucá.	1.º Bat. Eng. — Tte Procopio de Souza Pinto.
I. — Cap. Barros Barretto.	E. M. — Realengo, Aspirante J. Teixeira Marques.
Al. — 1.º Tte M. Castro Ayres.	Alumno Thimotheo F. Machado.
I. — 1.º Tte J. F. Jucá.	E. E. M. — P. Verm., 1.º Tte Eloy de S. Medeiros.
I. — 1.º Tte Octaviano Gonçalves.	Coll. M. — 2.º Tte Q. de Castro e Silva.
I. — Cap. Dr. Alves Cerqueira.	2.º Tte Maximiliano Fonseca (interino)
Caç. — 1.º Tte Maciel da Costa.	Fabr. Realengo — 1.º Tte Freire de Vasconcellos.
Caç. — 2.º Tte Granville B. de Lima.	Direct. Material Bellico — 1.º Tte Mario Berlink.
Caç. — 1.º Tte Corbiniano Cardoso.	Arsenal — Major João Borges Fortes.
Caç. — Coronel Estillac Leal.	Direc. de Eng. — Cap. José Ribeiro Gomes.
a. Metr. — 2.º Tte Newton Cavalcanti.	

Fóra do Rio de Janeiro

Caç. — Belem, 2.º Tte José de Oliveira Pimentel.	VII Reg. — 1.º Tte Amaro Villa Nova.
Caç. — 1.º Tte Josaphat A. Caldeira.	43.º B. Caç. — Ipanema, Capitão Evandro E. S. Lima.
Caç. — Bahia, 2.º Tte Leal de Menezes.	6.º B. Art. — Bahia, Tte Cel Pimenta.
Caç. — Lorena, Capitão F. Vasconcellos.	5.º G. Ob. — R. Grande, 1.º Tte J. Eraldes de Oliveira
Cav. — S. Luiz, Tte Cel Leovigildo Paiva.	16.º Grupo — 2.º Tte A. Carneiro Pinto.
Cav. — Bagé, 1.º Tte L. Almada Rodrigues.	18.º Grupo — Bagé, 1.º Tte Salvador Obino.
Cav. — 2.º Tte Raul Vieira da Cunha.	Fabr. Piquete — 1.º Tte Antonio R. de Rezende
Barbacena — 1.º Tte José Martins de Arruda.	Fabr. Estrella — Major J. Candido Muricy
Alegre — 1.º Tte Vicente da Fonseca.	10.º R. I. — 2.º Tte Alcebiades Alves de Almeida.
Briol — 1.º Tte Glycerio Gerpe.	Com. da Carta — Cap. J. C. Toledo Bordini.
Capitão O. G. de Senna Braga.	17.º Gr. Art. — Alegrete, Cap. E. Lima e Silva.

PAGAMENTO das assignaturas é adiantado e deve ser effectuado ao mais tardar no seu segundo mez. Os recibos são expedidos adiantadamente com o ultimo numero da assignatura. Pagamentos a qualquer representante ou a qualquer dos mantenedores ou á Papelaria Macedo, Rua Quitanda, 74. Semestre, 5\$000; Anno, 10\$000.

CAIXA POSTAL 1602